

Pedro Miguel Reis da Silva



**Povoamento Proto-Histórico do alto Tâmega: as mudanças do I milénio a.C. e a
resistência do substrato indígena**

**Dissertação de Mestrado em Arqueologia
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Porto 2010**

Índice

1.Introdução	1
2.Metodologia.....	2
3. Alto Tâmega: Perspectivas Geomorfológicas	3
4. Antecedentes Históricos	10
5. A cultura castreja no NW e no alto Tâmega: enquadramento teórico	17
6. Inventário	27
7. Os Povoados e os seus sistemas defensivos	45
7.1 Castro de Carvalhelhos	46
7.2 Castro de Ribas.....	48
8. Lugares centrais pólos de hierarquia e controlo do território	51
9. O substrato indígena da região, a partir da Epigrafia.....	55
10. Os <i>populi</i> do alto Tâmega.....	59
11. Ficheiro Epigráfico do alto Tâmega.....	64
12. Conclusão	79
13. Bibliografia.....	80

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi determinante o apoio de várias pessoas, entre as quais os meus pais e irmã, pelo incentivo e cooperação em muitas pesquisas de campo ao longo destes dois anos de trabalho.

Agradecemos também a disponibilidade do nosso orientador, o Prof. Dr. Armando Coelho, que guiou este trabalho esclarecendo as nossas dúvidas e propondo diferentes temas de debate para o enriquecimento da dissertação.

Por último não podemos deixar de agradecer com apreço, a ajuda dada pelo Orlando Fernandes, que pela amizade colaborou no trabalho de campo desenvolvido, despertando também através das nossas longas conversas, ideias que contribuíram para a concepção deste trabalho.

1. Introdução

A região do alto Tâmega ao longo do I milénio a.C. demonstrou ser uma das áreas geográficas do noroeste peninsular, com maior concentração de povoamento Proto-Histórico, sendo determinante para o estudo da cultura castreja. Esta densidade deixou diversos testemunhos, entre eles os povoados e a sua cultura material, e num contexto cronológico mais recente a epigrafia, que registou muitos dados do substrato indígena que a região preservou após a aculturação romana.

O conhecimento da região do ponto de vista arqueológico, não se define somente pela análise Proto-Histórica, uma vez que são vastíssimos os trabalhos que abordam outras épocas, como é o caso da Pré-História, com os estudos desenvolvidos por S.O. Jorge na década de 80, que deram um contributo para a justificação do tipo de povoamento, que nos faz perceber que a tipologia de assentamento usado na maioria dos casos durante o I milénio a.C., precede de uma continuidade.

Devido a algumas excepcionalidades de ordem geográfica, podemos afirmar que o relevo da região também propiciou este tipo de povoamento, pois trata-se de uma região com diversas riquezas e recursos naturais, que ajudaram à fixação populacional, sendo o rio Tâmega o melhor exemplo, já que grande parte dos povoados estão fixados ao longo das suas margens, ou em cursos afluentes.

Estes factores deverão ter pesado na decisão da criação de um centro urbano, que fosse um pólo convergente para toda a região. Por este motivo terá “nascido” a *civitas* de *Aquae Flaviae*, que dentro do modelo romano terá assimilado para o seu núcleo, as populações dos castros localizados na região.

De um modo geral este trabalho pretende esclarecer a importância do substrato indígena, que o alto Tâmega evidencia, ajudando a perceber o passado da região, bem como de todo o horizonte geográfico da cultura castreja, uma vez que a partir daqui compreendemos que os interesses económicos nos recursos metalúrgicos, impulsionaram a região, tornando-a activa do ponto de vista populacional, justificando também a opção por locais estratégicos, com um bom domínio visual, com bons sistemas defensivos que controlariam territórios de grande dimensão.

Este substrato analisa-se também, tendo em conta o contexto epigráfico que demonstra a prevalência das tradições autóctones a vários níveis, como são os exemplos da religião, através das divindades, dos antropónimos, ou até mesmo pela presença de materiais contextualmente romanos em muitos dos povoados da região, o que evidencia a

continuidade de ocupação que muitos tiveram já numa fase de plena afirmação do domínio romano em todo o espaço regional.

2. Metodologia

Este trabalho ao nível metodológico pressupõe uma investigação bibliográfica extensa, tendo como base os trabalhos desenvolvidos anteriormente na região. Para além da pesquisa bibliográfica, desenvolvemos também uma parte mais prática, com o conhecimento da região e com um trabalho de campo sustentado numa prospecção de todos os povoados mencionados.

A delimitação da área de estudo suscitou diversas dúvidas, contudo tentamos definir essa área, tendo em conta o rio Tâmega e os seus principais afluentes, incluindo apenas no inventário, alguns povoados mais distantes da bacia do Tâmega, que revelam ser importantes para a compreensão do território.

No inventário dos povoados acentuamos dois aspectos importantes. O primeiro relaciona-se com a cartografia, sobretudo com o sistema de coordenadas utilizado para a georeferenciação, uma vez que utilizamos o suporte informático Google Earth que poderá ter algumas discrepâncias em relação a outros sistemas de coordenadas. O segundo aspecto que realçamos trata-se da tipologia da ficha de sítio, que se baseia em muitos aspectos à ficha de sítio do IGESPAR, mas também à tipologia usada por Ricardo Teixeira na sua dissertação de mestrado.

Por último salientamos o método usado para a elaboração do ficheiro epigráfico, tendo sido importante para a sua elaboração, a consulta de dois trabalhos de referência para o estudo epigráfico da região. O primeiro foi o trabalho *Aquae Flaviae*, de A. Rodriguez Colmenero e o segundo, um trabalho inédito para a epigrafia dos distritos de Vila Real e Bragança de P. Le Roux, A. Tranoy e A.C.F. Silva, que fundamentaram o nosso estudo epigráfico e a análise do substrato indígena no I milénio a C. no alto Tâmega.

“Quer se entre em Trás-os-Montes pela estrada de Braga a Montalegre ao longo das vertentes do Cávado, quer se atrevesse o Marão, o contraste é nítido. A paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída. Na mole ondulação do terreno, perde-se muitas vezes o sentimento da altitude: montanha ou planura? Predominam as altas plataformas onduladas, cortadas de vales e bacias muito profundas. O arvoredado retrai-se, rareia nos campos, lisos e vastos, interrompidos por estirões de fraga nua...”
(Ribeiro 1967, 147)

3. Alto Tâmega: Perspectivas Geomorfológicas

A região do alto Tâmega (**fig. 1**), também conhecida como a subzona da Galiza Média Trás-os-Montes, pertence à zona Centro Ibérica e é uma das grandes unidades geológicas do Maciço Ibérico (Baptista *et alii* 1993, 126). Esta área tem um perfil geográfico, geomorfológico e até geológico um pouco diferente do resto da região de Trás-os-Montes.

O aspecto paisagístico que na actualidade a região possui, tem como base de origem as diversas acções naturais e humanas que durante vários períodos cronológicos, foram moldando a face da região transmontana. Essa mudança terá ocorrido essencialmente no Terciário, onde surgiram períodos de grandes actividades tectónicas, que estão directamente ligados à criação de várias depressões e de vales fluviais (Pereira 2004, 71).

Uma dessas depressões geomorfológicas de grande relevo, é a de Chaves que está assente sobre depósitos aluviais que formaram uma extensa planície que constitui a “Veiga” de Chaves (Teixeira 1949, 36). A origem desta depressão terá como base as transformações ocorridas entre o Miocénico Superior e o Quaternário. Concretamente a actividade no período Miocénico, fez que com que surgisse uma partição da deformação principal, que induziu à criação de bacias descontínuas ao longo da falha principal (Baptista *et alii* 1993, 135).

Esta situação geomorfológica tem uma explicação técnica e concisa que, testemunhamos através desta citação, “A complexidade estrutural associada aos desligamentos, forma a nível regional, um sistema de falhas estendendo-se por vários

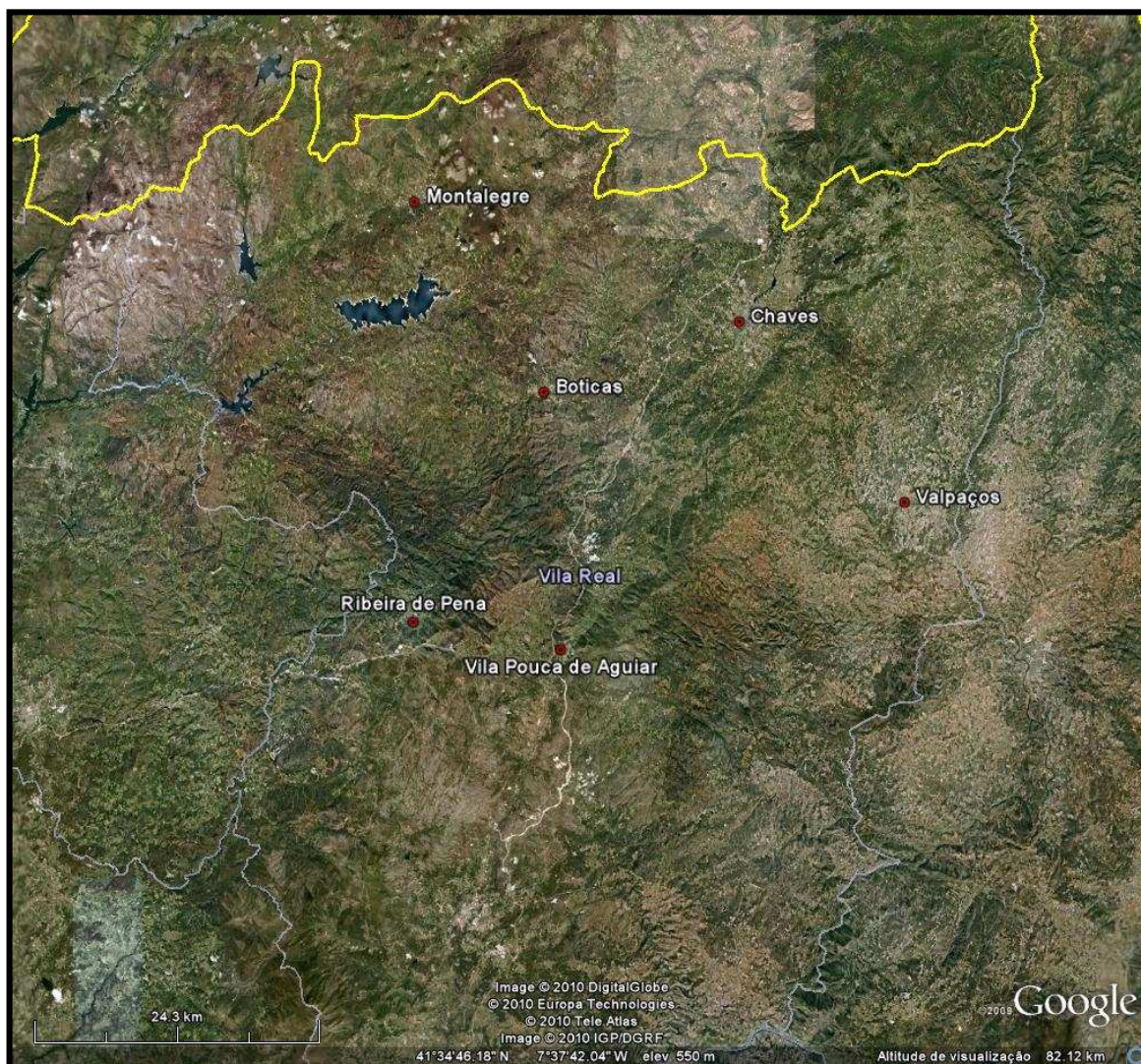


Fig. 1: Perspectiva geográfica do Alto Tâmega

quilómetros de largura, num conjunto complexo de blocos elevados tectonicamente por compressão e bacias deprimidas por tracção” (Martins 2006, 93).

A depressão de Chaves como já referimos, terá sido originada por diversos factores tectónicos, muito certamente devido a deslocamentos verticais ou abatimentos (Teixeira 1948, 35). Esta depressão fica encaixada por relevos entre os 400 e os 1200 metros de altitude, entre os quais a Serra da Padrela do lado Este e o Planalto Barrosão do lado Oeste (**fig.2**).

Para o desenvolvimento desta depressão muito terá contribuído a existência de uma “soleira quartzítica”, que juntamente com o rio Tâmega, terão determinado a formação de uma planície aluvial (Teixeira 1948, 44), provavelmente no período do Pliocénico devido à natureza e características dos depósitos da depressão flaviense (Teixeira 1948, 48).

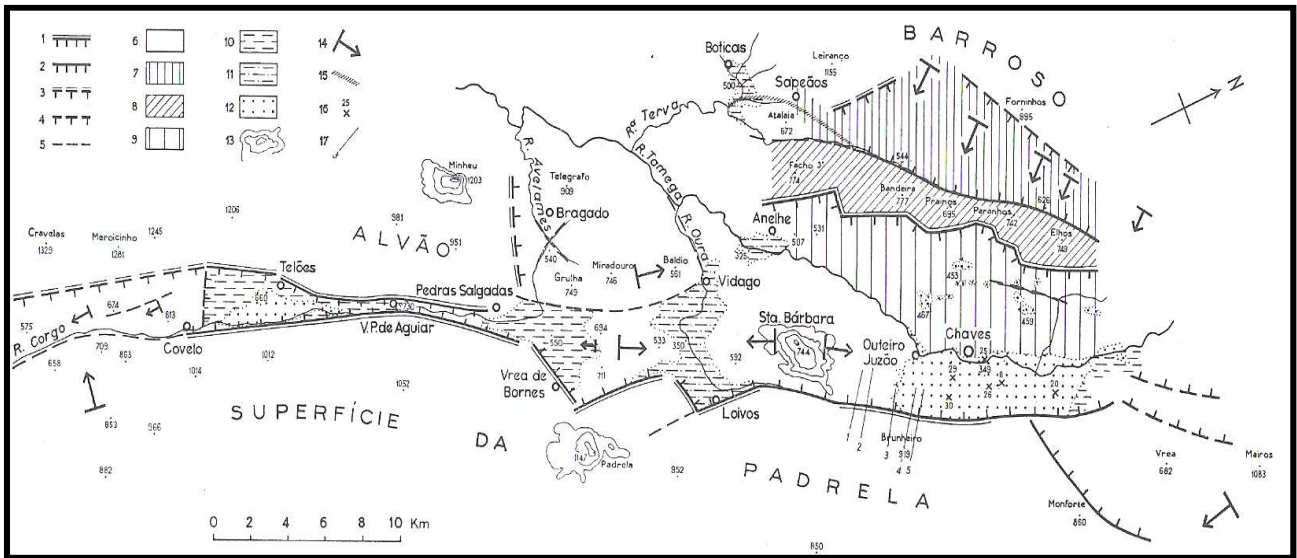


Fig. 2: Depressão de Chaves e relevos envolventes, (Feio 1951)

relacionam directamente com o anterior. Esses elementos geomorfológicos são as nove bacias que constituem a grande depressão existente entre Verín e a Régua. Para um conhecimento mais preciso da situação geográfica e geomorfológica da região, é necessário abordar sucintamente cada elemento geomorfológico, tendo em conta uma orientação S/N comecemos por analisar a bacia de Telões, que se caracteriza por ser a mais alta de todas as linhas de depressões, uma vez que apresenta a cota com maior altitude que é de 813 metros (Feio 1951, 34).

No seguimento da linha de depressão encontramos a bacia de Pedras Salgadas, que tem como principais características, o seu fundo plano e a sua extensão que se centra entre os 530 e 630 metros. Nesta bacia confluem diversos afluentes da ribeira de Vidago, para além de contar com a presença do rio Avelames.

Mais para Norte temos a existência de uma outra bacia que é a de Vidago, que apresenta relevos de várias altitudes como são os exemplos, do Miradouro (746 metros), Baldio (561 metros), Pereiro (533 metros). Para além destes elementos devemos destacar a passagem nesta bacia de um recurso hidrográfico importante, como é o caso do rio Oura.

Próximo a esta bacia encontramos, um outro elemento geomorfológico, que se designa por Monte de Santa Bárbara e que se caracteriza por ser uma elevação que faz parte da

depressão geral, dividindo a bacia de Vidago com a de Chaves e onde há uma forte presença do xisto e do granito, sendo considerado um relevo essencialmente tectónico (Feio 1951, 29).

Passando este relevo considerável entramos na designada bacia de Chaves e no vale do Tâmega, que se distingue pelo grande desenvolvimento da planície aluvial do rio (Feio 1951, 9). Nesta planície existem ligações com outros elementos geomorfológicos, como é o caso da bacia de Bobadela.

Esta ligação é feita a partir da “Superfície de Sanjurge”, que terá sido designada como um terraço fluvial. Paralelamente a esta bacia estão associados outros elementos geomorfológicos, como são os casos da superfície do Facho, situada a oeste da superfície de Sanjurge, bem como a superfície de Bobadela, onde se desenvolvem alvéolos alinhados, como são os casos de Boticas, Sapiãos, Bobadela e Pinho (Martins 2006, 86 e 87).

Mais a Sul não podemos deixar de salientar a presença de outros dois elementos geomorfológicos, que já referimos. Perto desta zona desenvolve-se uma outra depressão que é de Bragado - Capeludos, que se caracteriza por um nó de vales dispostos em cruz certamente de origem tectónica (Martins 2006, 73).

Num quadro geral, podemos avaliar a situação geomorfológica do alto Tâmega, como sendo um caso complexo, devido à existência em grande número de vários elementos geomorfológicos geograficamente relevantes. Contudo tendo uma visão de largo espectro, estes elementos são considerados como de pequenas dimensões e estreitos, resultantes de uma subsidência com variações bruscas ou erosão rápida (Martins 2006, 32), já que pertencem a uma grande falha tectónica que vem desde Verín até Penacova, passando por Vila Verde da Raia, Chaves, S. Pedro de Agostém, Vidago, Pedras Salgadas, Vila Pouca de Aguiar, Vilarinho de Samardã, Parada de Cunhos, Santa Marta de Penaguião, Moledo do Douro (Teixeira *et alii* 1980, 261), tendo por isso uma extensão aproximada de 200km no território português, contando com mais 20km em território espanhol.

As consequências ao nível paisagístico da disposição destes elementos, são claramente visíveis, ao ponto de influenciarem directamente a actividade humana que ao longo dos tempos se adaptou à natureza da região, bem como à actividade natural, basta para isso analisar o contributo dos movimentos tectónicos, que foram preponderantes para a génese de ocorrências de nascentes termais e naturais (Baptista *et alii* 1993, 136).

Grande parte da área desta depressão tectónica é constituída por duas unidades litológicas, a unidade metassedimentar e as rochas granitóides (Martins 2006, 14), contudo há uma maior prevalência para a existência de rochas granitóides (**fig.3**), como se verifica nos casos do Granito de Chaves, no Granito do Vale das Gatas e no Plutão de Vila Pouca de Aguiar (Martins 2006, 93). Esta prevalência justifica-se porque no Maciço Hespérico predominam as rochas de origem sedimentar e metamorfizadas, onde se incluem xistos, rochas intrusivas e diversos tipos de granito (Daveau 1995, 42).

No entanto o contexto geológico da região não se explica somente através destas unidades litológicas. Os depósitos presentes na depressão de Chaves, que tem como principal contributo o rio Tâmega, são também importantes para a compreensão geológica desta área. Os depósitos desta depressão chegam a atingir várias dezenas de metros de espessura e em alguns dos casos chegam até aos 50 metros de profundidade, sem que se tenha alcançado o substrato (Ferreira 1986, 207), conforme os resultados obtidos nas sondagens realizadas em 1936 pela Junta Hidráulica Agrícola demonstraram.

No depósito de Vilar de Nantes, a norte da depressão estão presentes com grande abundância o arenito, com intercalações argilosas; arenitos feldspáticos; calhaus de quartzo; rochas siliciosas; xistos metamórficos e granito (Ferreira 1986, 209). Neste depósito constatou-se também que grande parte das rochas, estavam fortemente tectonizadas o que levou G. Zbyszewski a colocar a possibilidade da existência de acidentes tectónicos que afectaram esta zona por volta do Quaternário (Ferreira 1986, 207). Esta possibilidade é viabilizada com os estudos de J. Grade e A. Moura em 1983, que verificaram várias deslocações tectónicas da bacia, na área a sul de Chaves (Ferreira 1986, 207).

A área de estudo está inserida no noroeste da Península Ibérica e por este facto enquadra-se num espectro climático claramente atlântico. O factor atlântico ao nível da precipitação poderá ter uma importância decisiva, todavia na área estudada, este factor não tem a mesma relevância, uma vez que nas depressões chove muito menos, sobretudo nas que estão mais afastadas do litoral e que têm relevos interpostos que as protegem, como é o caso em particular da depressão de Chaves (Daveau 1995, 44).

Contudo nas zonas montanhosas da região os níveis de pluviosidade aumentam significativamente devido à altitude, podendo atingir os 500 mm/dia (Daveau 1995, 44), como são casos das zonas montanhosas do Alvão, Padrela, Larouco e Barroso, que pela sua altitude chegam a atingir níveis de pluviosidade a rondar os 2000 mm/anual e os

130 dias por ano (PBHD 1999, 10). Para além da precipitação e devido uma vez mais, à altitude em algumas situações a pluviosidade dá lugar à neve, como é o caso de Montalegre com vinte dias de neve durante o Inverno (Ribeiro 1967, 101).

Na zona da depressão e ao longo de todo o vale do Tâmega, as condições de precipitação são muito reduzidas, onde cai cerca de 800 mm/ano. Esta característica justifica-se através da existência de mais períodos de seca em Trás-os-Montes, e quanto mais para o interior menos se fazem sentir as influências atlânticas, pois a área oriental da região é ainda mais seca do que o Algarve (Ribeiro 1967, 102).

Outra das justificações para estas causas, relaciona-se com o facto de existir uma espécie de barreira, que faz com que haja uma grande diferença entre o litoral mais húmido e o interior mais seco. Essa barreira caracteriza-se pela corda de serras entre o Minho e o Caramulo (Ribeiro 1967, 102).

O relevo da região é também um dos grandes identificadores da mesma, já que votou ao isolamento grande parte das comunidades que se aglomeraram ao longo da História em aldeias em torno dos campos agrícolas (Ribeiro 1967, 107).

As condições do relevo provocam também uma grande miscelânea em termos climáticos, pois consegue conjugar várias influências, como são os casos das atlânticas vindas de ocidente e as de leste que dão a certas zonas da região um carácter continental. Por último registamos também uma influência de sul tipicamente mediterrânica. (Ribeiro 1967, 107). Para além destes factores deveremos ter em conta que o relevo condicionou o tipo de povoamento, basta analisar esta situação na Proto-História, onde predomina o estabelecimento de povoados em altitude (Ribeiro 1967, 108).

Todo no Norte de Portugal e particularmente a região de Trás-os-Montes, é dominado por planaltos e grandes sistemas montanhosos, estando isolado e com pouca influência oceânica, devido à existência de *horsts* como os casos das Serras do Marão e da Padrela que ultrapassam os 1200 metros de altitude (Birot 1950, 12).

Para além destes dois grandes sistemas montanhosos, Trás-os-Montes Ocidental tem mais relevos de grande destaque na paisagem e que marcam a região, já que a subida relativa é uma das características desta área geográfica (Araújo 2006, 145). Sobretudo na designada “barreira de condensação”, que separa o Minho de Trás-os-Montes e que é composta pelas Serras da Peneda, Amarela, Gerês, Larouco, Cabreira, Alvão, Marão e Montemuro (Araújo *et alii* 1999, 161).

Também nesta área geográfica englobamos o conjunto planáltico do Barroso com altitudes superiores aos 1200 metros (Araújo *et alii* 1999, 159); a Serra da Padrela que chega a atingir os 1148 metros de altitude (Araújo *et alii* 1999, 160); a Serra do Larouco com 1350 metros de altitude (Biot 1950, 63) e a Serra do Alvão que no seu topo atinge os 1280 metros de altitude (Araújo 2006, 145).

4. Antecedentes Históricos

A região do alto Tâmega tem desde a Pré-História vestígios de presença humana, mesmo de períodos muito antigos, como é o caso do Paleolítico Inferior. Essa presença é justificada através da descoberta em 1890 de um biface acheulense, na Serra do Brunheiro nos arredores de Chaves. Este achado foi descrito como um exemplar não muito usual, pois trata-se de um instrumento com dimensões bastante consideráveis (Marques 1980, 68) e que revela uma técnica de fabrico e coloração, que são muito semelhantes aos bifaces provenientes do Norte de África (Cardozo 1962, 7).

No entanto não nos cingimos a este único caso, no que diz respeito a uma reconstituição do passado mais remoto da região, já que são conhecidos, pelo menos sete povoados que testemunham a presença humana ao longo da Pré-História Recente, mais concretamente durante o Calcolítico e Idade do Bronze, uma vez que o demonstram através de vários vestígios materiais (Jorge S.O. 1986, 41).

Dois destes povoados foram estudados com rigor nos anos 80, tratam-se dos casos da Vinha da Soutilha, Mairos, Chaves e o Muro da Pastoria, Redondelo, Chaves. Estas duas estações atestam com evidência a ocupação Pré-Histórica, que muitos destes povoados tiveram, mesmo aqueles que se destacam em épocas posteriores, como são os casos dos povoados castrejos.

No caso da Vinha da Soutilha a escavação revelou registos de um tipo de *“povoamento nuclearizado junto de afloramentos rochosos instalado numa plataforma em esporão de encosta, delimitada por ribeiros e com certas condições naturais de defesa e controle sobre a Veiga”* (Jorge S.O. - Soeiro 1981, 21). Desta forma constatamos que a forma de assentamento dos povoados é semelhante a outros períodos cronológicos, já que a estratégia de povoamento adoptada é a mesma.

Uma vez que os povoados da Pré-História Recente têm uma grande expressão, ao longo de todo o território do alto Tâmega, podemos afirmar que estes se caracterizam como sendo os antecedentes dos povoados castrejos, já que quase todos se situam em altitude e próximo de uma planície aluvial (Jorge S.O. 1981, 41) e partilham de pontos em comum, como evidenciamos anteriormente, para além disso na região são vários os exemplos, como são os casos da Vinha da Soutilha, Pastoria, S. Lourenço e Castelo de Aguiar, já que se situam entre os 500 e os 880 metros de altitude absoluta (Jorge S.O. 1985, 297).

Além dos povoados estudados nos anos 80, temos outros locais que justificam uma presença durante Pré-História Recente, como são os casos dos povoados de Outeiro Seco, com a existência de machados, enxós polidos e percutores; S. Lourenço com materiais diversos, entre os quais pontas de seta, punhais de lingueta ou rebite; Castelo de Aguiar, em Vila Pouca de Aguiar, com a presença de materiais arqueológicos, do mesmo contexto cronológico (Jorge S.O. 1981, 41) e ainda as referências calcolíticas ao castro do Brunheiro, em Chaves (Cardoso – Vilaça 2008, 52). Outro ponto de aproximação entre estes povoados e os povoados castrejos, prende-se com um tipo de arquitectura apresentada que tendencialmente semelhante, pois começam a demonstrar uma disposição para povoados com planta circular ou ovalada (Peñarroya 1999, 3).

Outra fase da Pré-História com grande preponderância na região é a do Megalitismo, porque trata-se de um fenómeno que também ocorre em altitude, normalmente acima dos 700 metros, levando a crer que este tipo de estruturas, foram construídas com o intuito de serem visualizadas (Jorge V.O. 1987, 273). O Megalitismo é um fenómeno que ocorre normalmente em conjunto, contudo podem existir estruturas, que se destaquem de todas as outras por ocuparem uma posição sobranceira sobre as necrópoles, como acontece com a Mamoa do Alto da Gatorina, Carrazedo do Alvão, Vila Pouca de Aguiar (Jorge V.O. 1987, 274).

A região do alto Tâmega por se posicionar em altitude, apresenta vários vestígios megalíticos, basta analisar a sua grande concentração no concelho de Montalegre (Jorge V.O. 1981, 635), bem como nos restantes concelhos que apresentam vários testemunhos, como são os casos de Boticas, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar, onde existem diversos monumentos megalíticos, que poderiam ter rondado na zona do Alvão aos 200 dólmenes (Jorge V.O. 1981, 640).

Apesar de haver uma grande abundância destas estruturas, em grande parte do alto Tâmega, no concelho de Chaves os registos sobre a existência dos mesmos são nulos, contudo a riqueza de outros vestígios pré-históricos neste concelho, prende-se com a existência de arte rupestre e de habitats pré-históricos (Jorge V.O. 1981, 637). Todavia as representações de arte rupestre neste concelho, coincidem em termos cronológicos, mais com a Idade do Ferro (Baptista 1983, 75) do que com a Pré-História Recente.

O último período da Pré-História em análise é o da Idade do Bronze, que se caracterizou por ser uma fase de afirmação do poder, que se define como uma *“ascensão convergente de pequenos chefados, cuja consolidação teria passado a depender da sua inserção em **redes** mais alargadas de trocas de artefactos de luxo”* (Jorge S.O. 1991,

386). Nesta época há também uma clara opção pela implementação de povoados abertos, em detrimento dos povoados fortificados, que tiveram o seu expoente máximo no Calcolítico, devido a uma previsível interdependência política da estrutura da sociedade (Jorge S.O. 1991, 388), que colocaria de parte uma visão extremamente defensiva do povoamento.

A Idade do Bronze caracteriza-se por ser uma fase de complexificação social, devido a uma crescente hierarquização social e integração sociopolítica (Jorge S.O. 1996, 77), o que demonstra ser uma ruptura com os períodos antecedentes. Na região os vestígios associados a esta fase são variados e também abundantes, uma vez que há imensos vestígios que testemunham uma forte ocupação nesta época à semelhança do que já se registava no período Calcolítico. Esses testemunhos são em concreto os objectos metálicos que foram sendo recolhidos, como são os exemplos dos “machados planos” (Cardoso – Vilaça 2008, 52). Para além destes factos, a partir dos finais do IIº milénio, inícios do Iº milénio a.C. parece existir uma diversidade de estratégias no que diz respeito ao povoamento. Esta diversidade leva-nos a crer que algumas comunidades estariam integradas em unidades territoriais físicas e simbólicas, onde o povoamento seria hierarquizado, existindo mesmo a possibilidade da existência de lugares centrais (Bettencourt 1995, 112), tal como é sugerido para a época Proto-Histórica, no caso das organizações gentílicas suprafamiliares, em que diversos castros estariam inseridos numa rede de dependência face a outros de maior dimensão.

Neste contexto é necessário ter em conta a epigrafia pois revela-nos muitas destas organizações, através da representação do , que representaria um *castellum* ou um *castrum* (Silva A.C.F. 1980, 86), que no alto Tâmega tem também a sua expressividade como confirmaremos.

Um exemplo do povoamento da Idade Bronze (Bronze Médio/Final), na região, é o povoado do Alto de Santa Ana em Outeiro Seco, Chaves, que para além de uma posição geográfica privilegiada, que levou a ter mais tarde a uma ocupação Proto-Histórica, evidencia também vários testemunhos materiais da Idade do Bronze, como por exemplo cerâmica de “Tipo Penha” e vários objectos metálicos, que aliás são extremamente elevados na região do Tâmega (Bettencourt 1995, 113), facto já atestado por André Coffyn, basta ter em conta as armas provenientes do Castro de Nogueira, Boticas; os punhais de tipo de Porto de Mós, ao longo do vale do Tâmega; os machados de tipo atlântico nos casos do Castro de S. Lourenço e depósito de Vilela Seca, Chaves (Coffyn 1985, 216, 217 e 221), para perceber que os objectos metálicos têm uma grande

expressão em toda a região. Além disso a riqueza mineral da região é evidenciada por Estrabão (Coffyn 1985, 185), bem como pelas explorações de cobre e estanho em Montalegre e Jales, Vila Pouca de Aguiar (**fig. 3**).

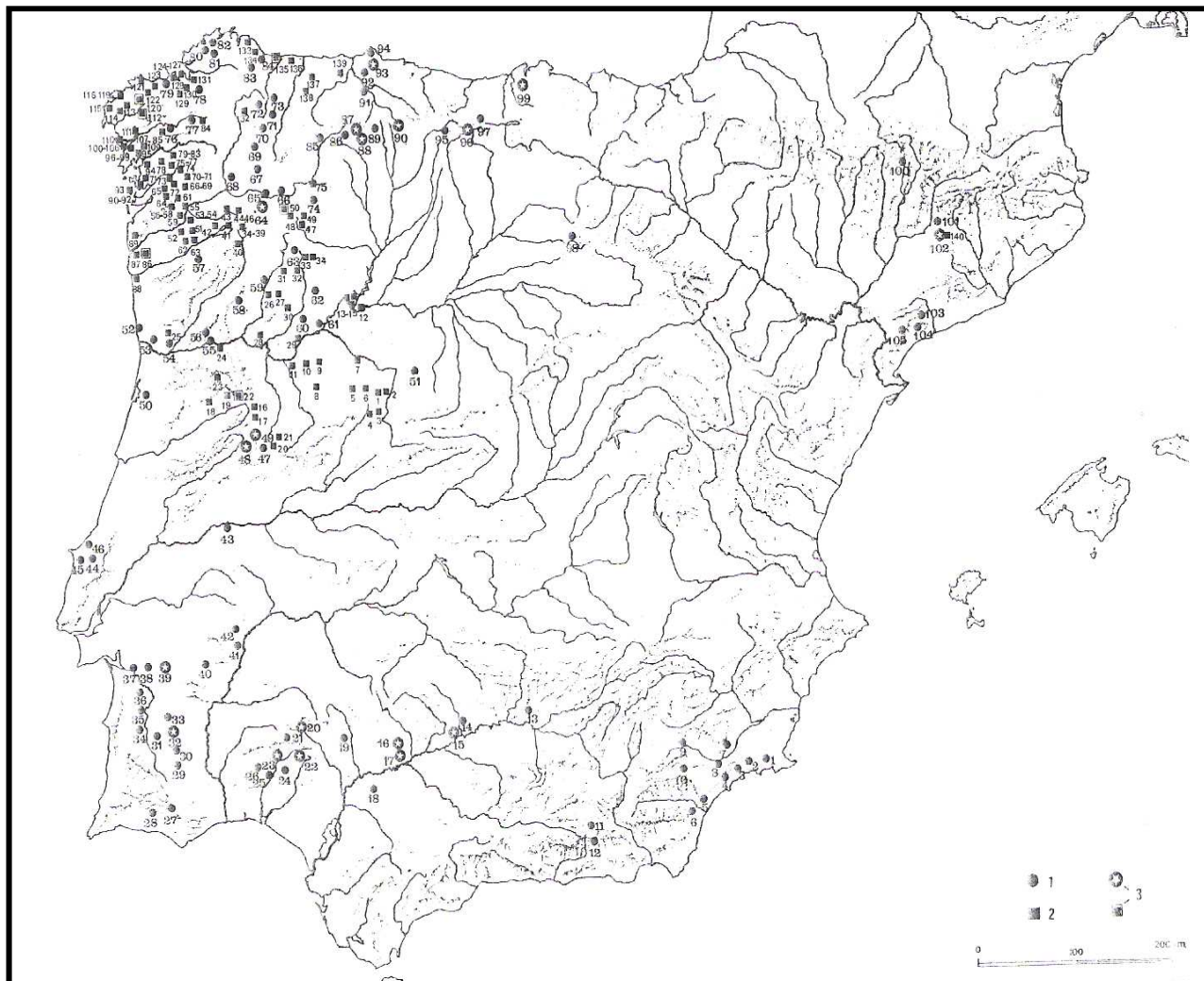


Fig.3: Minas de Cobre e Estanho na Península Ibérica, (Coffyn 1985, p.186)

Os vestígios da Idade do Bronze no alto Tâmega, registam também vários depósitos, como são os exemplos dos de Vilela Seca (Chaves), que é constituído por dois machados de talão e duas argolas, um machado de alvado com uma argola, entre outros materiais metálicos (Cardoso – Vilaça 2008, 43) (**fig. 4**).

Em paralelo com estes achados, destacamos outros sete que foram encontrados na região (Cardoso – Vilaça 2008), entre os quais o machado em forma de cunha de

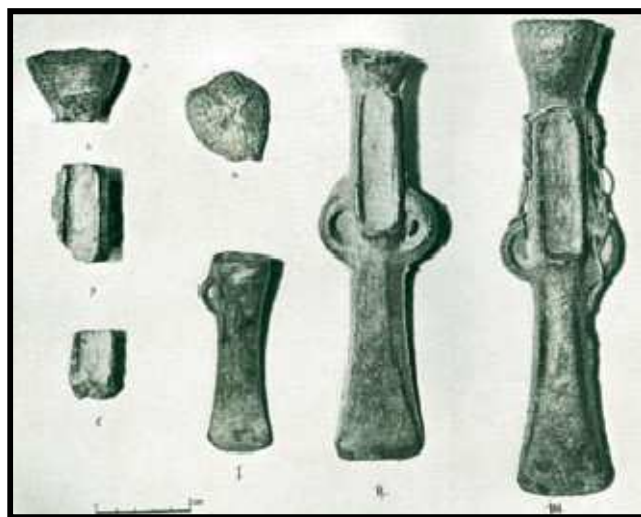


Fig. 4: Machados e outros materiais metálicos do depósito de Vilela Seca, Chaves, (Cardoso - Vilaça 2008, p. 43)

Sapiãos, Boticas, que pela definição tipológica de Monteagudo é o achado mais antigo Tipo 3A (Cardoso – Vilaça 2008, 45), que está situado cronologicamente no III milénio/inícios do II milénio a. C. (Cardoso – Vilaça 2008, 41). Dentro deste conjunto encontram-se também os exemplares de Lama de Arcos, Chaves, que pertencem ao Tipo 11 B 1, que provavelmente remontam ao Bronze Pleno, tendo em conta as semelhanças com os materiais do depósito de Agro Velho, Montalegre (Cardoso – Vilaça 2008, 47). Por último temos outros machados que foram descobertos, nas imediações de Chaves e que apresentam outras tipologias, como é o caso do machado plano do Tipo 11 D 2 (Cardoso – Vilaça 2008, 47) e de outros dois com a tipologia Tipo 29 A (fig.5), que provavelmente pertencem ao Bronze Final, sendo também os tipos de objectos mais conhecidos no noroeste peninsular para esta época (Cardoso – Vilaça 2008, 50).



Fig. 5: Machados de Tipo 11 D 2 (esq.) e de Tipo 29 A (dir.), (Cardoso - Vilaça 2008, p. 47 e 51)

Outros exemplos são os depósitos da Solveira, e Lama Chã, Montalegre (Coffyn 1985, 213). Na fase III do Bronze Final Coffyn destaca os depósitos de Carrazeda de Montenegro (15) e Vilela Seca (16), Chaves que já mencionamos; Vale Travesso (17) e Outeiro do Rego (18), ambos em Montalegre (**fig.6**).

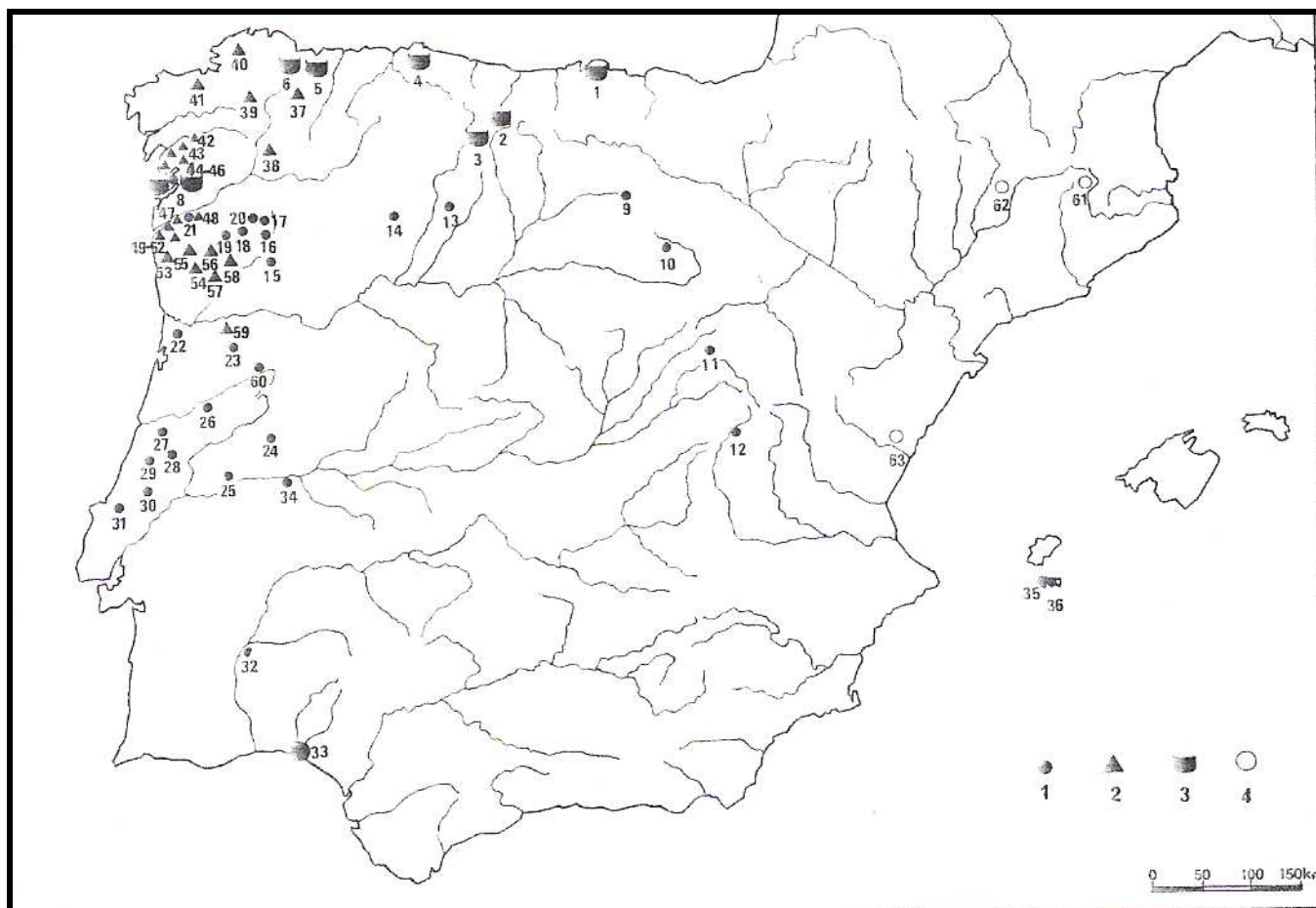


Fig. 6: Depósitos do Bronze Final (15, 16, 17, 18), (Coffyn 1985, p.213)

Para além da presença material, as práticas funerárias testemunham o desenvolvimento do povoamento na Idade do Bronze e da fixação a um determinado território, legitimando a ocupação dos mesmos (Bettencourt 2009, 19). Desta forma destacamos alguns casos da região, como por exemplo os dólmenes de Carvalhas, Vila Pouca de Aguiar, datáveis entre o Bronze Inicial e Médio; a necrópole de cistas de Caibradas/Gorgolão, Vila da Ponte, Montalegre, bem como a cista da Lomba também em Vila da Ponte, Montalegre, com vasos troncocónicos com uma cronologia entre os finais do IIIº milénio e o 2º quartel do IIº milénio a.C. (Bettencourt 2009,15), que entroncam com a fase do Bronze Inicial/Médio.

A ocupação de grutas e abrigos é outra das práticas comuns na região, basta ver o exemplo do Fragão da Pitorca, Chaves, onde encontramos enterramentos entre o Calcolítico e o Bronze Inicial (Bettencourt 2009, 17).

A um nível superior, de todo este registo material, encontram-se as estruturas do povoado do Alto de Santa Ana, já que as análises de várias amostras por C14, apontam para uma datação do povoado entre os finais do séc. XIV e os finais do séc. IX BC, sendo desta forma coincidente com a baliza cronológica apontada por Manuela Martins para a implantação de muitos povoados entre o Bronze Final e a Idade do Ferro na bacia média do Cávado (Santos 1995, 117).

Este paralelismo aponta-nos para um esquema de periodização da evolução do habitat castrejo, dividido em três fases, sendo que a primeira corresponde à primeira metade do Iº milénio a.C. com a criação de povoados fortificados no contexto do Bronze Final Atlântico (Silva A.C.F. 2007, 81), que terão tido num período antecedente uma fase de prosperidade, que impulsionou o início da Idade do Ferro, tal como defende Coffyn *“La découverte de nombreux objets de bronze sur les habitats permet d’établir que ces castros (ou castelos, cabeços, citânias) ont connu, bien avant l’âge du Fer, une période d’intense prospérité”* (Coffyn 1985, 216).

Por último no âmbito da Iconografia, a Idade do Bronze foi também um período fértil na região, como são os casos das Estátuas Menir de Faiões e de Chaves, que funcionariam como marcas territoriais, como formas de propaganda e de auto-promoção das elites locais (Bettencourt 1995, 113).

A diversidade de testemunhos desta época, são variados, tal como afirmamos anteriormente, evidenciando uma evolução da forma do povoamento assente em questões mais estratégicas, o que nos faz concordar com a tese defendida por Bettencourt, onde afirma que *“as unidades territoriais sustentar-se-iam por uma multiplicidade e complementaridade de estratégias de povoamento e de aproveitamento dos vários recursos económicos do território, de uma forma intensiva e pela integração em cadeias de trocas regionais, quer através da produção de excedentes, quer pela sua posição estratégica na paisagem”* (Bettencourt 1995, 113).

“ A cultura castreja, a dos guerreiros e das imponentes muralhas, a dos monumentos com forno, das ostensivas jóias de ouro, das cerâmicas escuras, gravadas e estampadas, do estanho e do bronze, de cronologias curtas e muito incertas...” (Almeida et alii 1996, 97).

5. A cultura castreja no NW e no alto Tâmega: enquadramento teórico

São várias as teorias para explicar esta cultura que se desenvolveu ao longo do I milénio a.C. principalmente no noroeste da Península Ibérica, mas também em outras áreas onde esta cultura conseguiu introduzir as suas influências (**fig. 7**). No entanto acreditamos que para fundamentar a cultura castreja no Noroeste da Península Ibérica, a teoria mais adequada ao contexto da região é a da divisão deste período em três fases (Silva A.C.F. 2007, 34), uma vez que clarifica de uma forma mais adequada os contextos cronológicos, arqueológicos e culturais que este milénio evidencia, tendo em conta factores históricos e arqueológicos.

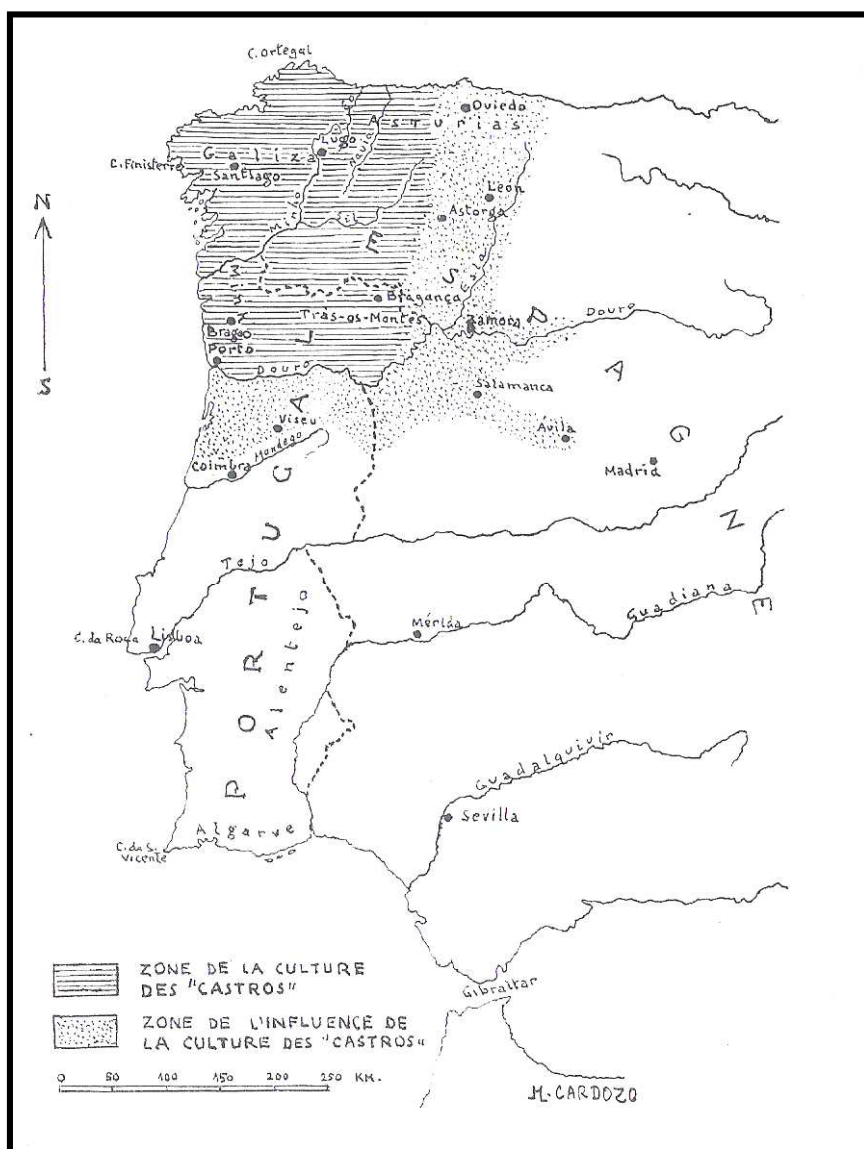


Fig. 7: Área de influência da cultura castreja, segundo Mário Cardoso, (Cardoso 1973, p. 262)

A primeira fase é aquela que define o início desta cultura, poderá ter um balizamento cronológico associado ao século IX a.C. que corresponde à fase (IA) apontada por A.C.F Silva (2007), tal como os registos arqueológicos do Castro da Nossa Senhora da Guia, Baiões, Viseu e o caso do Castro do Coto da Pena, Caminha comprovam. Esta cronologia não é defendida na generalidade, pois há quem admita o século VII/VI a.C., para o início da “cultura dos castros” (Martins 1990, 25). Todavia a cronologia apontada anteriormente, por Martins (1990) terá correspondido à fase (IB) (Silva A.C.F 2007, 37), seguindo um critério das datações absolutas do final da Idade do Bronze que calibradas, nos situam na transição do II para o I milénio a.C. (Silva A.C.F. 2007, 38).

A existência de uma fase mais antiga (IA) e de outra mais recente (IIB), na fase de formação da cultura castreja, obriga-nos a esclarecer qual o ponto de diferença entre estes dois períodos, que deverá estar relacionado com uma maior densidade nas relações com área meridional (Silva A.C.F. 2007, 37), confirmada com a presença fenícia a partir do século VIII a.C. motivada pela procura dos metais, concretamente o estanho e o ouro, como se depreende através dos autores clássicos, como Estrabão e até de referências bíblicas (Silva A.C.F. 1990, 143).

Durante este período inicial todo o noroeste terá tido um conjunto de influências bastante alargado, ou seja, é de admitir como muito provável a influência atlântica, centro-europeia, através da cultura de Hallstat nesta fase (Martins 1990, 24), bem como uma relação meridional, por exemplo com o mundo tartéssico e consequentemente com o mediterrâneo. Devido a uma duplicidade de influências a que a cultura castreja foi sujeita, defendemos que é difícil estabelecer um paralelismo com as cronologias das culturas de Hallstat e de La Tène, que periodizam a Idade do Ferro no Centro e Norte da Europa, uma vez que os vestígios deste metal, são bastante residuais no noroeste, aparecendo apenas no depósito de Baiões e em alguns povoados castrejos da Galiza, como por exemplo Santa Tecla e Torroso (Silva A.C.F. 2007, 37).

Em função de uma inequívoca singularidade desta cultura, acreditamos que as suas diferenças foram paradoxalmente factores de unicidade cultural, que se visualizaram através do interesse dos autores clássicos na região e em particular nos seus povos (Matos 2008, 70). Para essa singularidade muito terá contribuído o factor geográfico, já que se trata de uma região distante considerada como uma região fria, excessivamente acidentada e pouco hospitaleira, tal como Estrabão a descreveu (Tranoy 1981, 21).

Todavia este factor contribui para a preservação da sua originalidade (Cardozo 1973, 273), tendo o seu isolamento servido para a criação de uma certa unidade, dentro da fragmentação geográfica existente (Tranoy 1981, 23).

Devido a estes factos afirmamos que, a cultura castreja evidencia as suas particularidades e que tem mecanismos de evolução próprios, o que não invalida a consideração de influências de diversas origens para a sua própria construção, por isso concordamos com a tese argumentada por Maluquer de Motes, onde defende que a *“Cultura dos Castros”, é o resultado de um processo cultural local, que traduz uma adaptação particular e bem sucedida ao meio, visível na amplitude cronológica de numerosos castros*” (Martins 1990, 24).

No alto Tâmega a I fase da cultura castreja terá tido evidencia, em povoados como a Vinha da Soutilha, onde a problemática cronológica das cerâmicas tipo Penha-Mairos, poderá situar uma ocupação do povoado entre o Bronze Final e o início da Idade do Ferro (Jorge S.O. 1981). Contudo teremos de fazer as devidas distinções, uma vez que a cerâmica tipo Penha-Mairos é tradicionalmente do período Calcolítico, somente as matrizes decorativas específicas do Noroeste são ligeiramente mais tardias (Jorge S.O. 1986, 23).

Tendo em conta os povoados Calcolíticos e os povoados da Idade do Bronze, existentes na região, podemos afirmar que a existir uma evolução cronológica da ocupação destes locais, muitos dos povoados inventariados para as épocas referidas tiveram ocupação durante a fase inicial da cultura castreja, no entanto esta é uma afirmação altamente subjectiva, que pressupõem apenas uma continuidade de ocupação, que poderá até nem ter existido.

Para atestar a ocupação de alguns destes povoados entre o século IX e o século VI a.C., nomeadamente os que Coffyn referencia como sendo povoados do Bronze Final (**fig. 8**), entre eles o Castro de Medeiros (50), Montalegre; Castro de Nogueira (51), Boticas; Castro de S. Lourenço (52), Chaves e o Castro de Ribas (53), Valpaços (Coffyn 1985, 214), era necessário ter testemunhos arqueológicos que evidenciassem uma cronologia dentro da fase referida.

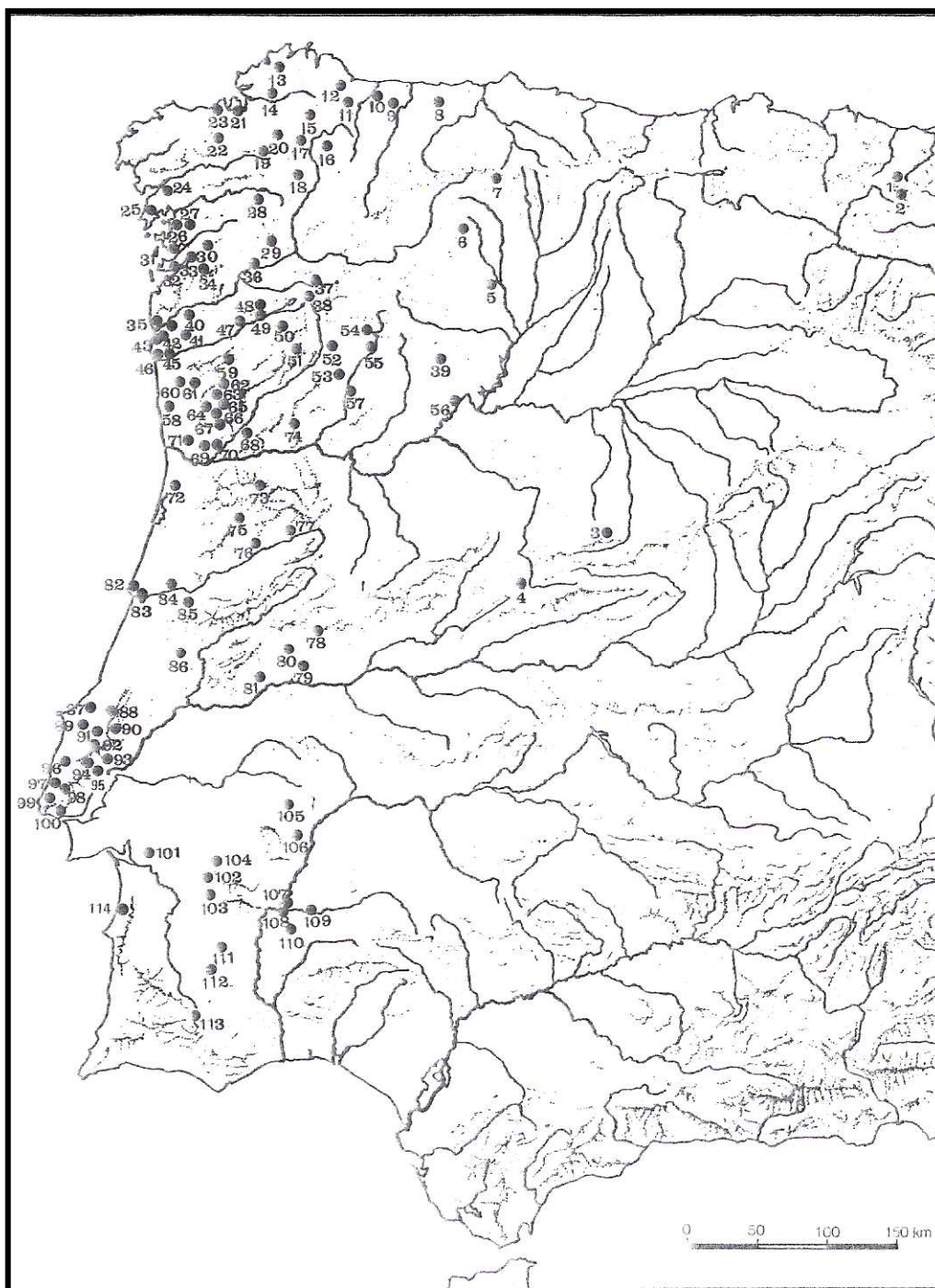


Fig.8: Povoados do Bronze Final (50, 51, 52, 53), (Coffyn 1985, p. 214)

Por volta dos meados do I milénio a.C. , terá tido início a II fase da cultura castreja, como testemunham as datações C14 realizadas nos castros de Romariz, Santa Maria da Feira e no Castro de Borneiro, Corunha. Neste período o noroeste assistiu a mudanças significativas, explicadas sobretudo pela expedição dos Túrdulos e Célticos, ou *Celtici*, que seriam um conjunto de povos que ocuparam o actual território português de sul para noroeste (Alarcão 1999, 2), que pelos seus movimentos incrementaram uma mudança

no substrato indígena peninsular, mudanças estas que foram testemunhadas por Estrabão (Silva A.C.F. 2007, 41).

Estas expedições tinham como objectivo principal a actividade comercial, relacionada com os recursos metalúrgicos, que eram o chamariz para as comunidades exógenas, basta ver o exemplo dos *Hiberi* que se terão fixado na Beira Alta com o objectivo de explorar as minas de Queiriga, em Vila Nova de Paiva, Viseu (Silva A.C.F. 2007, 42). Mas se as comunidades exógenas saíam a lucrar com estas relações comerciais, as indígenas também, porque tiveram um contacto ainda mais directo com o mundo mediterrânico, como constatamos no caso do Castro de Romariz, com a presença de cerâmica púnica e grega (Silva A.C.F. 2007, 42).

Estas relações meridionais terão tido um papel determinante para o desenvolvimento de muitos povoados, sobretudo os da fachada litoral, como os casos do Castelo de Gaia e o de *Cale*, morro da Sé do Porto, que terão beneficiado pelas suas localizações e pelas suas evidentes funções portuárias (Silva A.C.F. 2007, 44).

Esta II fase evidenciou-se por uma evolução e por uma consolidação das inovações conhecidas, já desde a primeira fase em todo o noroeste. Contudo este período destaca-se sem dúvida pela *“evolução do mundo indígena integrado num quadro de relações com influxos de procedência continental e de contactos meridionais e mediterrânicos, no âmbito das migrações túrdulas e do comércio púnico e posteriormente, das primeiras influências itálicas”* (Silva A.C.F. 2007, 50).

Se as relações meridionais e continentais terão sido importantes, para o desenvolvimento dos povoados do litoral, não terão sido menos importantes para os povoados do interior, sobretudo no caso particular do alto Tâmega, uma vez que muito provavelmente existiu uma intensificação da actividade metalúrgica, que como sabemos foi um dos principais interesses para as comunidades exógenas.

Acompanhando esta teoria está o passado aurífero da região (Silva A.C.F. 1988, 84), que desde o Bronze Final vem demonstrando grande actividade, através da ourivesaria, que neste momento evidencia bastantes influências centro-europeias (Silva A.C.F. 1988, 80).

Para além destes dados, os povoados do alto Tâmega, demonstram também uma grande propensão para actividade metalúrgica, como são os casos do Castro de Carvalhelhos, Boticas, onde se encontrou um grande depósito de estanho (Júnior 1957, 48) e também o caso do Muro da Pastoria, Chaves onde foram encontrados 35kg de pequenos blocos de ferro (Soeiro 1985, 25).

Como afirmamos esta actividade terá ganho ainda mais projecção com as relações/influências que caracterizaram esta II fase, incrementando ainda mais a ourivesaria que no noroeste irá ter dois grandes grupos, um interior, transmontano de raiz céltica e outro litoral, tipicamente mediterrânico (Silva A.C.F. 2007, 50).

Neste período temos de salientar a importância de uma das escolas regionais, na área de Chaves (Silva A.C.F. 1988, 83 e 84), que evidenciou uma nítida influência céltica, como se constata nos torques e braceletes, em particular a bracelete de Lebução, Valpaços, que apresenta pelos seus motivos decorativos grandes semelhanças com a zona centro-europeia (Silva A.C.F. 1988, 85).

Todavia para justificar esta evolução do mundo indígena, não há um consenso generalizado, no que diz respeito às influências exteriores no contexto externo. Alarcão defende que a “experiência do estrangeiro” não terá sido suficiente para despoletar as mudanças ocorridas nesta fase, apontando para isso a formação de chefes que terá conduzido à formação de unidades (Alarcão 1999, 3), problematizando a questão da hierarquização da sociedade.

Esta problemática coloca-se já desde o Bronze Final e um dos contributos para a criação de hierarquia social, prende-se com o contacto com o poder, que poderá estar relacionado numa primeira ordem com a questão do domínio territorial. No caso do alto Tâmega poderemos também relacionar a importância dos recursos metalúrgicos, uma vez que a existência de riqueza poderá ter incentivado a formação de hierarquias (Vilaça 1998, 208). Na nossa opinião é necessário ter conta a contínua hierarquização da sociedade que é visível em diversos aspectos da sociedade castreja, como por exemplo na própria estatuária, que evidencia características de uma sociedade predominantemente guerreira, sendo a bacia do Tâmega um exemplo fértil (Lemos 2008, 8), relativamente a este tipo de manifestações representativas de poder.

Em simultâneo não podemos deixar de salientar os significados que estas estátuas teriam, já que destacavam as elites desta sociedade (Fonte 2008, 11), o que pressupõem a existência de uma hierarquia social, onde poucos teriam o poder sobre muitos. No entanto a explicação da evolução sofrida ao longo da fase II da cultura castreja não pode ser justificada, somente pela hierarquização e criação de chefados, porque os testemunhos arqueológicos dão conta de uma evolução da própria cultura material, que só pode ser explicada pela perspectiva das relações continentais e meridionais.

A fase III desta cultura é conhecida como a última etapa do período castrejo, mas não coincide com o seu declínio, antes pelo contrário representa o período mais desenvolvido desta cultura. A causa para o desenvolvimento relaciona-se directamente, com o contacto com os romanos que implicaram algumas alterações, sobretudo ao nível defensivo e político-administrativo, devido à sequência de migrações internas que foram modelando o território. Estas mudanças terão tido uma grande projecção durante as campanhas militares romanas, nomeadamente as campanhas sertorianas e as campanhas de César, que são testemunhadas pelas fontes clássicas e que identificam essas mudanças populacionais (Silva A.C.F. 2007, 53).

Essa reorganização terá beneficiado povoados com maior posição estratégica, maior capacidade de concentração de população (Silva A.C.F. 2007, 76), criando pólos agregadores de um território, que serão os *lugares centrais*, que para além de todas as evoluções registadas nesta fase, se destacam como os grandes impulsionadores de ordenamento territorial que conjugou as influências romanas com as tradições indígenas.

O desenvolvimento do povoamento assume nesta fase uma grande relevância, como já podemos constatar. O território passou a ser interpretado de outra forma, já que era uma fonte directa de poder, de domínio de um espaço. Alarcão relaciona este poder com a existência de uma liderança exercida por príncipes, rejeitando a ideia de *lugares centrais*, defendendo que estes locais seriam as zonas residenciais desses mesmos príncipes e por este facto dominariam outros *populi* (Alarcão 1998, 52). Esta teoria deixa de parte também a possibilidade dos locais com maior dimensão, serem os lugares principais, ficando por explicar o desenvolvimento de muitos povoados nesta fase, como é o caso de Sanfins que tem nesta fase o seu momento mais próspero.

Para além disso a noção de uma hierarquia de lugares nomeadamente através do *lugar central* é importante para a compreensão do território, uma vez que este tipo de locais como referimos, são os que se impõem numa determinada área e distam entre si cerca de 33km (Vaz 1996, 150), o que revela ser um espaço bastante considerável para o domínio de um lugar, sobre um conjunto de outros lugares.

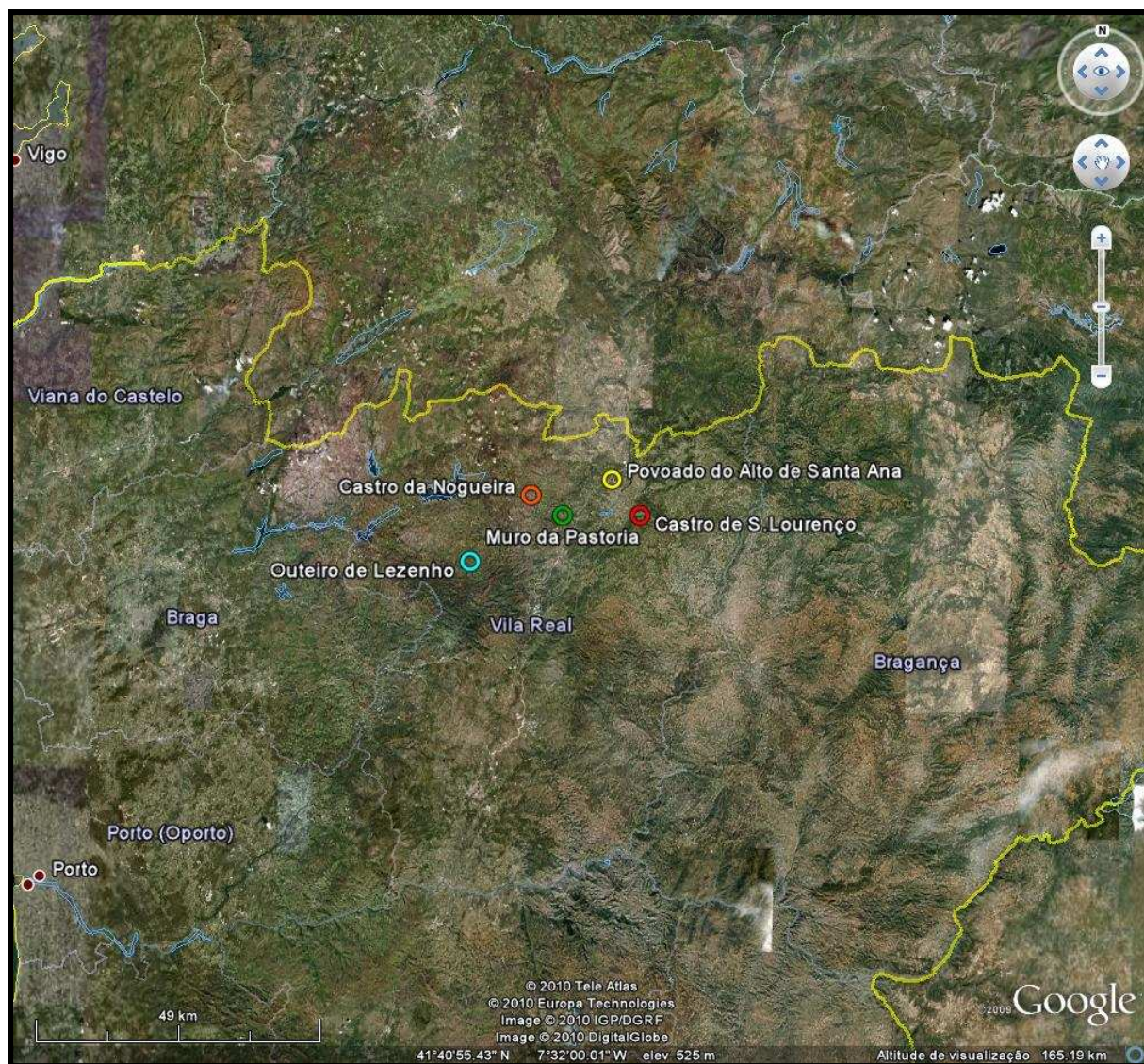
Nesta última fase da cultura castreja, temos que salientar também as evoluções registadas ao nível habitacional, através da introdução da “casa pátio”, que corresponde à fase IIIA e mais tarde, com a aculturação romana a introdução da casa rectangular, que corresponderá à fase IIIB.

Tendo em conta a perspectiva teórica defendida por C. A. F. de Almeida, para a cultura castreja as campanhas de *Decimus Iunius Brutus* foram determinantes para uma mudança cultural em todo o noroeste entre o séc. I a.C. e o séc. I da nossa era, já que se registaram desenvolvimentos na cultura material visíveis, por exemplo no contexto habitacional como já referimos, no contexto defensivo com um desenvolvimento dos sistemas defensivos e por último o desenvolvimento urbano, com a introdução do sistema ortogonal clássico, como se verifica nos casos de Sanfins, Santa Luzia e Briteiros (Martins 1990, 26).

Poderemos também acrescentar a esta fase a inclusão de edifícios comunitários, como são os casos dos balneários, presentes em diversos povoados do noroeste, que atestam a organização e evolução da sociedade castreja, que se adequa ao claro desenvolvimento proto-urbano característico desta última fase da cultura castreja (Silva A.C.F. - Maciel 2004, 125).

Com o domínio romano em todo o noroeste esta cultura foi-se integrando, passo a passo nos modelos sociais romanos, sobrevivendo apenas algumas prevalências culturais, sobretudo ao nível religioso, onde as divindades indígenas mantêm um papel fundamental neste capítulo, como constataremos.

Durante o I milénio a.C. todo o alto Tâmega foi densamente povoado concentrando nos seus territórios, muitos dos elementos característicos da cultura castreja. Uma dessas características permitiu à região prosperar, tal como já afirmamos e como é corroborado por outros autores, os recursos metalúrgicos e os seus focos de produção, sobretudo a partir da II fase até ao séc. II a.C. impulsionaram a região, existindo mesmo uma grande predominância de áreas de produção, nas zonas de Chaves e Montalegre (Martins 1990, 191).



Castro de S. Lourenço	Castro de Nogueira	Povoado do Alto de S. Ana	Muro da Pastoria	Outeiro de Lezenho
Calcolítico	Idade do Bronze	Fase IA e IB	Fase IIA e IIB	Fase IIIA e IIIB

Fig. 9: Evolução cronológica do povoamento no alto Tâmega, desde o III milénio a.C. até aos finais do I milénio a.C.

Paralelamente às explorações metalúrgicas, a região apresenta uma boa dinâmica relativamente à exploração das potencialidades agrícolas existentes, nomeadamente em Chaves, Montalegre e Valpaços (Martins 1990, 191). Devido a estes factores não é difícil reconhecer, a ocupação do território desde períodos tão recuados como o Calcolítico. Além deste facto poderemos juntar a da tipologia dos povoados, que são desde esse período do tipo fortificado, para uma defesa eficaz dos bens das comunidades locais. Deste modo a cronologia (**fig. 9**), que elaboramos tenta sintetizar

em exemplos concretos da região, os locais que pelos seus testemunhos contribuíram para a formação da cultura castreja.

Desta forma podemos admitir que o Castro de São Lourenço, Chaves evidencia os primeiros pontos de aproximação às características dos castros, uma vez que o seu assentamento se situa a uma cota aproximada à dos povoados castrejos durante o I milénio a.C. Por sua vez o Castro de Nogueira devido ao conjunto de armamento, que foi encontrado no povoado, distingue-se pela presença de materiais em bronze, que evidencia uma tendência para o aproveitamento dos recursos metalúrgicos que se acentua ao longo do I milénio a.C. O povoado do Alto de Santa Ana afirma, um período de transição entre o final da Idade do Bronze e o início do período castrejo. O povoado do Muro da Pastoria caracteriza a confirmação da actividade metalúrgica na região, que como sabemos tem um grande impulso na fase II. Por último Outeiro de Lesenho representa a importância dos *lugares centrais*, desenvolvidos ao longo da fase III, como teremos oportunidade de analisar.

6. Inventário

Seguindo o percurso do rio Tâmega desde a fronteira até à divisão geográfico/administrativo com o Minho, junto a Cabeceiras de Basto contabilizamos quarenta povoados castrejos. Esta investigação teve somente em conta os castros que estão situados nas vertentes do rio Tâmega, incluindo apenas três povoados fora desta área, porque os consideramos importantes para a compreensão do domínio do território, já que são considerados como *lugares centrais*, como são os casos do Castro de Pedrário, em Montalegre e os Castros de Ribas e de Vila Nova, em Valpaços.

A inclusão destes povoados prende-se com o facto, destes serem importantes para a interpretação do povoamento da região, sobretudo durante a fase III, onde surgem como locais de destaque.

O povoamento da região durante o I milénio a.C. foi intenso, porque para além dos povoados mencionados, na região existem muitos mais, caracterizando-se por ser uma das regiões do noroeste com uma densidade de povoados destacável. Tendo em conta esta intensidade, facilmente percebemos porque razão *Aquae Flaviae* assumiu em época romana um lugar importante no contexto urbano romano do noroeste peninsular. Para além deste facto, juntamos também as suas riquezas naturais, que foram anteriormente descritas e que terão contribuído para o crescimento da região a partir da ocupação romana.

Ao analisar a cartografia dos povoados (**Fig. 10**), constatamos que existem duas áreas que se destacam, em relação às outras, no que diz respeito à concentração de castros. Mais a Norte temos um núcleo visível ao longo da margem direita do rio Tâmega, no sentido Nascente-Foz, pertencente ao concelho de Boticas, que se localiza entre os rios, Terva e Beça, ambos afluentes do Tâmega. Mais a Sul temos outro núcleo, que pertence ao concelho de Ribeira de Pena, com oito povoados reunidos.

No resto do território que o nosso estudo contempla, domina a dispersão de povoados, merecendo destaque apenas, um corredor ao longo da margem direita do Tâmega, desde o concelho de Chaves até ao de Vila Pouca de Aguiar.

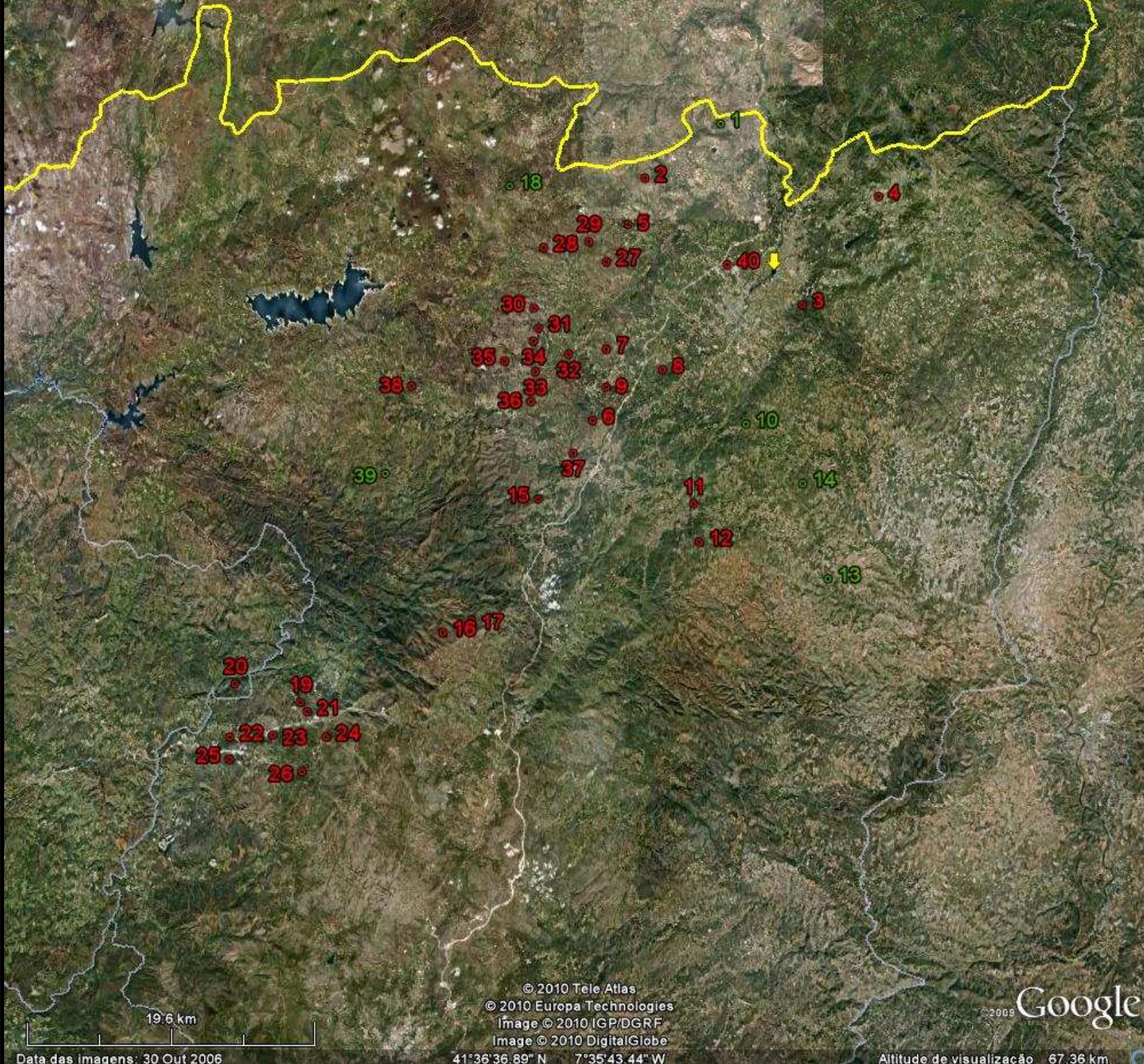
Fig. 10:
Localização dos
Povoados

Legenda:

A verde: lugares
centrais

A vermelho:
restantes
povoados

A amarelo: rio
Tâmega



Nº 1 Sítio/Designação: Alto do Vamba **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Vilarelho da Raia **Lugar:** Cambedo **C.M.P. 1: 25.000**
folha nº: 21

Latitude: 41°51'24" **Longitude:** 07°29'01" **Altitude:** 567m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: É um povoado fortificado da Idade do Ferro, como atesta o espólio que foi encontrado, onde destacamos a cerâmica castreja, bem como a presença de alguns fragmentos de cerâmica comum romana e de mós. Tem dimensões consideráveis, possuindo um sistema defensivo composto por duas linhas de muralha que são construídas com pedra faceada e assente em seco e um fosso a Noroeste com cinco metros de largura. Relativamente ao interior do Castro devemos salientar o facto de o mesmo possuir alguns vestígios de casas rectangulares, na zona mais elevada e no lado Este do povoado.

Bibliografia: Azevedo M. 1895, p.130; Montalvão 1971, p.86-93; Martins J.B. 1984, nº 44 e 1993, nº 36, p.35; Queiroga 1992, nº481; Amaral 1993, nº 147, p.88; Teixeira R. 1996; p.13; Silva A.C.F. 2007, p.146.

Nº 2 Sítio/Designação: Alto das Coroas **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Ervededo **Lugar:** Ervededo **C.M.P. 1: 25.000** **folha nº:** 34

Latitude: 41°49'05" **Longitude:** 07°33'58" **Altitude:** 792m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: O povoado do Alto das Coroas, conhecido também como couto do Ervededo, ostenta no seu sistema defensivo três linhas de muralha. Contudo apresentam um grau de degradação elevado, restando apenas alguns vestígios. Recolheram-se fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum romana, bem como cerâmica castreja, predominantemente preta, bastante micácea e ainda oito fíbula anulares datáveis entre o século I-III d.C. No entanto após a prospecção realizada no local onde o povoado está referenciado não conseguimos encontrar vestígios de estruturas.

Bibliografia: Cardozo 1942, p.89-100; Martins J.B. 1984, nº 18 e 1993, nº 11, p.23; Ponte 1984, nº75, 78 e 85; Queiroga 1992, nº 478; Amaral 1993, nº 47, p.48; A.C.F. 2007, p.146.

Nº 3 Sítio/Designação: Alto do Circo **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Faiões **Lugar:** Faiões **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 34**

Latitude: 41°44'23 **Longitude:** 07°25'28 **Altitude:** 519m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: É um povoado de pequenas dimensões sendo composto por um sistema defensivo simplificado, com apenas uma linha de muralha e um fosso na vertente Este do castro. Relativamente ao espólio devemos salientar o facto de se terem recolhido fragmentos de cerâmica tipicamente castreja.

Bibliografia: Martins J.B. 1984, nº 19 e 1993, nº12; Amaral 1993, nº 51, p.50; Teixeira R. 1996, p.44-45; Silva A.C.F 2007, p.147.

Nº 4 Sítio/Designação: Muro/Tróia **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Mairos **Lugar:** Mairos **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 35**

Latitude: 41°48'51 **Longitude:** 07°21'03 **Altitude:** 669m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Este povoado é organizado defensivamente por duas linhas de muralha. O seu espólio é predominantemente constituído por cerâmica castreja. Há também menções a dois berrões, como o Abade de Baçal havia referido (Teixeira 1996, 48), todavia e após a prospecção realizada não conseguimos localizar este povoado, pois no local que nos é dado pela coordenada geográfica não existem vestígios quaisquer tipos de vestígios.

Bibliografia: Alves 1931; Pina 1942, p.303; Montalvão 1971; Santos Júnior 1975a, p.396; Martins J.B. 1984, nº 21 e 1993, nº 14; Amaral 1993, nº 62, p.54; Teixeira R. 1996, p.48-49; Silva A.C.F. 2007, p.147.

Nº 5 Sítio/Designação: Outeiro dos Mouros **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Calvão **Lugar:** Calvão **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 33**

Latitude: 41°47'38 **Longitude:** 07°33'34 **Altitude:** 786m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Trata-se de um povoado da Idade do Ferro com um sistema defensivo organizado por três linhas de muralha e um fosso no lado poente. No que concerne ao seu espólio, ele é maioritariamente constituído por cerâmica, mós e uma fíbula datável do século III-I a.C. Contudo na prospecção realizada apenas nos foi possível localizar o povoado e afirmar que pelo menos duas linhas de muralha são visíveis.

Bibliografia: Martins J.B. 1984, nº 9 e 1993, nº 3, p.18-19; Queiroga 1992, nº 475; Amaral 1993, nº24, p.38-39; Teixeira R. 1996, p.21; Silva A.C.F 2007, p.146

Nº 6 Sítio/Designação: Alto do Castro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Anelhe **Lugar:** Anelhe **C.M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°40'23 **Longitude:** 07°35'06 **Altitude:** 485

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Este povoado provavelmente é composto por duas linhas de muralha, mas não existem mais informações concretas sobretudo ao nível dos seus vestígios materiais. Para além disso o povoado encontra-se coberto de densa vegetação que dificultam a visibilidade de qualquer tipo de estruturas.

Bibliografia: Martins J.B. 1984, nº 6 e 1993, nº1; Queiroga 1992, nº473; Amaral 1993, nº7, p.33; Teixeira R. 1996, p.72; Silva A.C.F. 2007, p.147.

Nº 7 Sítio/Designação: Muro/Crasto **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Redondelo **Lugar:** Pastoria **C.M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°43'44 **Longitude:** 07°33'31 **Altitude:** 608m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: O povoado apresenta um sistema defensivo composto por três linhas de muralhas e um fosso. Existem também vestígios de uma habitação com planta circular junto à muralha externa. Neste castro foram encontrados 35 kg de escórias de ferro, o que poderá comprovar a prática de metalurgia existente no local. Para além deste espólio foram ainda encontrados vários fragmentos de cerâmica comum romana, cossoiros, mós e ainda duas fíbulas em bronze, bem como cerâmica castreja.

Bibliografia: Montalvão 1971; Martins J.B. 1984, nº 29 e 1993, nº21; Jorge S.O. 1985; Soeiro 1982; Queiroga 1992, nº 479; Amaral 1993, nº85, p.63; Teixeira R. 1996, p.70; Silva A.C.F. 2007, p.147.

Nº 8 Sítio/Designação: Castelo/Castro da Curalha **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Curalha **Lugar:** Curalha **C.M.P. 1: 25.000 folha nº:** 47

Latitude: 41°42'24 **Longitude:** 07°31'38 **Altitude:** 436m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Este povoado foi objecto de diversos trabalhos arqueológicos entre 1974 e 1984, existindo um vasto leque de relatórios que descrevem com pormenor todos os trabalhos realizados neste povoado. Relativamente às suas características podemos afirmar que se trata de um povoado com três linhas de muralha. O espólio consiste basicamente em cerâmica comum romana, *sigillata*, *imbrices* e *tegulae*.

Bibliografia: Alves 1931; Montalvão 1971, p.7-12; Magalhães *et alii* 1975, 1977 e 1978; Esparza 1980, nº 15; Freitas A. – Santos Júnior 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984; Martins J.B. 1984, nº 16 e 1993, nº 8; Santos Júnior 1984b; Queiroga 1992, nº 477; Amaral 1993, nº 33, p.42-43; Teixeira R. 1996, p.77; Silva A.C.F. 2007, p.147.

Nº 9 Sítio/Designação: Alto do Moleiro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Redondelo **Lugar:** Redondelo **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 47**

Latitude: 41°41'55 **Longitude:** 07°34'39 **Altitude:** 436m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Na sequência da prospecção realizada não conseguimos localizar este povoado, contudo as referências existentes apontam para que o mesmo tenha somente uma linha de muralha, não existindo também uma quantidade significativa de espólio, a não ser alguns fragmentos de cerâmica castreja (Teixeira 1996, 78).

Bibliografia: Teixeira R. 1996, p.78

Nº 10 Sítio/Designação: Crastas de Santiago **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Nogueira da Montanha **Lugar:** Nogueira da Montanha **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 47**

Latitude: 41°40'36 **Longitude:** 07°27'48 **Altitude:** 850m

Tipo de Sítio: Castro **Período Cronológico:** Proto-História

Descrição: Este povoado encontra-se em bom estado de conservação, pois ainda possui incólume uma boa parte da sua muralha, todavia o local encontra-se coberto por uma densa vegetação, que dificulta a interpretação do local. Na prospecção realizada encontraram-se vários fragmentos de *tegulae* e de cerâmica castreja. No entanto o povoado encontra-se coberto por uma densa vegetação, que dificulta a interpretação do local. Por último acreditamos que pela sua localização o povoado teria um papel importante na organização do território.

Bibliografia: Martins J.B. 1984, nº 25 e 1993, nº 17, p.25-26; Amaral 1993, nº 67, p.56; Teixeira R. 1996, p.91; Silva A.C.F. 2007, p.147-384.

Nº 11 Sítio/Designação: Muradal/Castro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Loivos **Lugar:** Loivos **C.M.P. 1:** 25.000 **folha nº:** 61

Latitude: 41°37'39" **Longitude:** 07°30'06" **Altitude:** 500m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado é constituído por duas linhas de muralhas e dois fossos, todavia após a prospecção realizada no povoado não conseguimos vislumbrar qualquer vestígio de estrutura, contudo teremos de ter em atenção que outros autores já registaram o derrube de grande parte da muralha (Teixeira 1996, 105). Relativamente ao seu espólio podemos afirmar que é composto maioritariamente por cerâmica castreja.

Bibliografia: Montalvão 1971; Martins J.B. 1984, nº 20 e 1993, nº 13, p.24; Amaral 1993, nº 57, p.52-53; Teixeira R. 1996, p.105; Silva A.C.F. 2007, p.147.

Nº 12 Sítio/Designação: S. Pedrinho/Alto de S. Pedro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Loivos **Lugar:** Póvoa de Agrações **C.M.P. 1:** 25.000 **folha nº:** 61

Latitude: 41°36'19" **Longitude:** 07°30'02" **Altitude:** 799

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado encontra-se pouco visível na paisagem, sendo também difícil no local descortinar a localização de estruturas tanto habitacionais como defensivas, se bem que nas últimas tenhamos mais facilidade em identificar pela existência de alguns alinhamentos. Quanto ao espólio encontrado no povoado destacamos apenas um fragmento cerâmico, ao qual não conseguimos atribuir uma cronologia.

Bibliografia: Teixeira R. 1996, p.105-106

Nº 13 Sítio/Designação: Cerca de Ribas/Cividade/Alto da Cerca **Distrito:** Vila Real

Concelho: Valpaços **Freguesia:** Argeriz **Lugar:** Ribas **C.M.P. 1:** 25.000 **folha nº:** 61

Latitude: 41°35'04" **Longitude:** 07°23'58" **Altitude:** 720m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: É um povoado de grandes dimensões, que possui um sistema defensivo bem constituído, uma vez que se registaram quatro linhas de muralha, existindo ruínas de mais duas, registadas na segunda intervenção no povoado em 1988 com uma espessura variável e de aparelho irregular. Para completar o sistema defensivo há também referências relativamente à existência de um fosso. Numa zona extra-muralhas encontramos duas casas rectangulares, descobertas em 1987 na primeira intervenção. Ainda em relação às muralhas destacamos a presença de dois motivos, um radial e o outro em duplas votivas. Relativamente ao espólio deste castro contamos com a existência de dois machados e um alfinete de cobre, de cronologia incerta. Há também presença de materiais de época romana, como cerâmica comum, vidro e fragmentos de *sigillata*.

Bibliografia: Azevedo 1896, p.258; Lopo, J.C. 1954, p.24; Castro, 1962; Montalvão, 1971, p.79-83; Martins A.V. 1978, p.53,64,66,167; Kalb 1980, nº33, Abb.6; Martins J.B. 1984, nº3; Lemos 1993, p.509-511 e 2008, p.8-28; Freitas A.M. 1989, 1990, e 2001, p.51-84; Silva A.C.F 2007, p.150.

Nº 14 Sítio/Designação: Cerca de Vila Nova/Cividade **Distrito:** Vila Real

Concelho: Valpaços **Freguesia:** Santiago da Ribeira de Alhariz **Lugar:** Ribas **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 61**

Latitude: 41°38'23 **Longitude:** 07°25'15 **Altitude:** 850m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: É um povoado de grandes dimensões, que apresenta um sistema defensivo composto por duas ou mais linha de muralha. No seu interior são visíveis vestígios de habitações de planta rectangular e circular. Na prospecção realizada recolhemos nas imediações do povoado fragmentos de *tegulae* e *imbrex*, bem como de cerâmica castreja.

Bibliografia: Martins, J.B. 1984, nº15, Lemos 1993, p.553-554; Freitas A.M. 2001, p.313-318; Silva A.C.F 2007, p.150.

Nº 15 Sítio/Designação: Capeludos/Castro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Vila Pouca de Aguiar **Freguesia:** Capeludos **Lugar:** Castelo **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 60**

Latitude: 41°37'51 **Longitude:** 07°37'44 **Altitude:** 512m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Não conseguimos identificar vestígios de estruturas neste povoado, todavia recolhemos alguns fragmentos de cerâmica romana e de cerâmica castreja. Salientamos também a relação deste povoado, como um couto mineiro romano e pela existência de uma estátua guerreira proveniente deste povoado (Alarcão 1998, 55).

Bibliografia: Vasconcellos 1902, p. 23-26 e 1913 (RL, 3), p.54-55, 60-61; Martins J.B. 1984, nº12, Queiroga 1992, nº542; Calo Lourido 1994, p.193-195, nº16 e 2003, p.8, nº6; Alarcão 1998, p.517-57; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 16 Sítio/Designação: Torre **Distrito:** Vila Real

Concelho: Vila Pouca de Aguiar **Freguesia:** Parada de Monteiros **Lugar:** Carvalhal
C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 74

Latitude: 41°33'09 **Longitude:** 07°42'02 **Altitude:** 827m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: No local não visualizamos vestígios de estruturas, no entanto recolhemos alguns fragmentos cerâmicos de época romana, bem como castreja.

Bibliografia: Azevedo 1895, p. 130-136; Botelho 1904, p.58; Queiroga 1992, nº543; Parente 2003, nº12; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 17 Sítio/Designação: Castro de Rebordochão **Distrito:** Vila Real

Concelho: Vila Pouca de Aguiar **Freguesia:** Pensalvos **Lugar:** Castelos **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 74**

Latitude: 41°33'28 **Longitude:** 07°40'57 **Altitude:** 920m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste povoado apenas encontramos um alinhamento pétreo que pela sua constituição temos a dúvida, que tenha feito parte de alguma muralha deste recinto. Devido à densa vegetação também não nos foi possível recolher qualquer tipo de espólio.

Bibliografia: Queiroga 1992, nº544; Parente 2003, nº 13; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 18 Sítio/Designação: Castro do Pedrário **Distrito:** Vila Real

Concelho: Montalegre **Freguesia:** Sarraquinhos **Lugar:** Crasto **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 33**

Latitude: 41°49'10" **Longitude:** 07°39'13" **Altitude:** 990m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado fortificado apresenta duas linhas de muralhas, com uma espessura considerável, cerca de cinco metros e com um aparelho irregular. Contudo há quem aponte três linhas de muralha construídas em pedra miúda. Para além dos vestígios defensivos, consideramos também os registos de vestígios de casas com planta circular. Relativamente ao espólio não foram encontrados quaisquer vestígios.

Bibliografia: Barreiros 1915, p.211 e 1919-1920, p.67-68; Costa 1968, p.43; Santos 1969, p.207; Silva A.C.F 2007, p.143; www.dgemn.pt.

Nº 19 Sítio/Designação: Outeiro dos Mouros **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Salvador **Lugar:** Salvador **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73**

Latitude: 41°30'36" **Longitude:** 07°48'58" **Altitude:** 536m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: No local não foi possível identificar qualquer estrutura, nem tão pouco espólio, devido à vegetação presente no local, que não permite qualquer tipo de identificação.

Bibliografia: Queiroga 1992, nº536; Silva A.C.F. 2007, p.148.

Nº 20 Sítio/Designação: Outeiro dos Mouros **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Daivões **Lugar:** Arosa **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73**

Latitude: 41°31'10" **Longitude:** 07°52'16" **Altitude:** 260m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Também neste local não nos foi possível identificar qualquer estrutura, nem tão pouco espólio. Aliás a ausência de vestígios já foi salientada, por outros autores.

Todavia em relação ao espólio há registos da recolha de *tegulae* e *imbrex*, e até mesmo de algumas estruturas habitacionais.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 44; Queiroga 1992, nº537; Silva A.C.F. 2007, p.148

Nº 21 Sítio/Designação: Castro de Vilarinho **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Mouros **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73**

Latitude: 41°30'07" **Longitude:** 07°48'56" **Altitude:** 809m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste povoado não conseguimos identificar qualquer tipo de estruturas, uma vez que, o estudo realizado por Mário Meneses em 1929, já salientava o mau estado de conservação das muralhas deste povoado, que só eram identificáveis pela sua base, mas mesmo desta forma conseguiu visualizar três linhas de muralha. No que diz respeito ao espólio, o povoado revelou vários vestígios de *tegulae* e *imbrex*. Há ainda referências à existência de braceletes de ouro, que popularmente foram designadas como *alabardas de portas dos mouros*. Para além destes materiais foram encontradas nas imediações do castro várias moedas de época romana.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 36-40; Queiroga 1992, nº535; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 22 Sítio/Designação: Castro/Monte do Facho **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Formoselos **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73**

Latitude: 41°29'21" **Longitude:** 07°52'17" **Altitude:** 528m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste povoado também não conseguimos visualizar qualquer estrutura, contudo há relatos da presença de duas linhas de muralha, que circundavam este recinto fortificado. Não há registos de materiais cerâmicos ou de qualquer outro tipo de espólio arqueológico.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 42-44 Silva 2007, p.148; Queiroga 1992, nº532

Nº 23 Sítio/Designação: Castro de Seixinhos **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Seixinhos C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73

Latitude: 41°29'25 **Longitude:** 07°50'17 **Altitude:** 480m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste castro também não nos foi possível reconhecer qualquer tipo de estrutura, mas há documentação que atesta a presença de uma linha de muralha e de um fosso. Não temos nenhuma referência relativamente ao espólio, que poderia ter havido neste povoado.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 43; Queiroga 1992, nº534; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 24 Sítio/Designação: Castro de Mourão **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Alto dos Mouros C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 73

Latitude: 41°29'26 **Longitude:** 07°47'38 **Altitude:** 692m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Uma vez mais não conseguimos encontrar estruturas, mas há registos da existência de três linhas de muralhas que compunham o sistema defensivo do povoado, que há muito já sofria as consequências do seu desmantelamento. Neste castro há a indicação de duas casas de planta circular e de uma situação particular e invulgar, já que se salienta a presença de duas mamoadas.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 41-42; Martins M. 1981, p.16-18; Queiroga 1992, nº533; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 25 Sítio/Designação: Monte dos Mouros **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Asnela C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 87

Latitude: 41°28'29 **Longitude:** 07°52'28 **Altitude:** 315m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste povoado não conseguimos descobrir qualquer tipo de vestígios, nem de estruturas, nem de quaisquer tipos de vestígios materiais.

Bibliografia: Queiroga 1992, nº530; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 26 Sítio/Designação: Castro de Couçadouro **Distrito:** Vila Real

Concelho: Ribeira de Pena **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Couçadouro **C.M.P. 1: 25.000**
folha nº: 87

Latitude: 41°28'08 **Longitude:** 07°48'52 **Altitude:** 494m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Neste povoado não encontramos vestígios de estruturas, nem de material, todavia há confirmação documental da sua referenciação.

Bibliografia: Meneses 1929, p. 34; Queiroga 1992, nº531; Silva A.C.F 2007, p.148

Nº 27 Sítio/Designação: Castro do Muro/Cunhas **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Cerva **Lugar:** Ardãos **C.M.P. 1: 25.000** **folha nº:** 33

Latitude: 41°46'07 **Longitude:** 07°34'30 **Altitude:** 709m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: É um povoado composto por um sistema defensivo, com duas linhas de muralhas e um conjunto de pedras fincadas. Foi descrito também a existência de duas habitações de planta circular. Não há referências há presença de qualquer tipo de espólio.

Bibliografia: Santos Júnior 1982, p.260; Miranda et *alii* 1983, nº 1, p.403 e 1986, p.19-28; Martins J.B 1984, nº1, p.38 e 1992, nº 1; Queiroga 1992, nº451; Teixeira R. 1996, p.22; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 28 Sítio/Designação: Castro da Murada/Gorda **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Ardãos **Lugar:** Ardãos **C.M.P. 1: 25.000** **folha nº:** 33

Latitude: 41°46'32 **Longitude:** 07°37'29 **Altitude:** 850m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado tem um sistema defensivo composto por uma linha de muralha e um fosso que se encontra obstruído. Ao nível do espólio há registo de fragmentos de cerâmica castreja.

Bibliografia: Santos M.C. 1969; Santos Júnior 1982, p.260; Miranda et *alii* 1983, 2, p.403, 408-411; Martins J.B. 1984, nº27 e 1992, nº2; Queiroga 1992, nº450; Teixeira, R. 1996, p.20; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 29 Sítio/Designação: Castro da Malho/Amalhó **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Ardãos **Lugar:** Ardãos **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 33**

Latitude: 41°46'50 **Longitude:** 07°35'20 **Altitude:** 688m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este castro tem um sistema defensivo dotado por três linhas de muralha, que está na sua maioria adossado à penedia granítica existente na área do povoado. O espólio é bastante reduzido, sendo constituído apenas por fragmentos de cerâmica castreja.

Bibliografia: Montalvão 1971, p.34-38; Santos Júnior 1982, p.260; Miranda et *alii* 1983, nº 3, p.403 e 1986, p.9-10; Martins J.B.1984, nº3 e 1992, nº3; Queiroga 1992, nº536; Teixeira, R. 1996, p.22; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 30 Sítio/Designação: Castro da Nogueira **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Bobadela **Lugar:** Nogueira **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 33**

Latitude: 41°44'45 **Longitude:** 07°38'01 **Altitude:** 918m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este castro conta com um dispositivo defensivo, constituído por duas linhas de muralha, mas já com um nível de destruição considerável. Ao nível do espólio salientamos a presença de cerâmica comum romana e vários fragmentos de *tegulae* e *imbrex*. Ressalvamos também, a descoberta de dois machados, um plano e outro de dupla aselha, descrito por Coffyn como sendo do Bronze Final.

Bibliografia: Kalb 1980, nº30, Abb 6; Ponte 1980, nº51; Santos Júnior 1982, p.260; Miranda et *alii* 1983, nº4, p.403 e 1986, p.13-19; Martins J.B. 1984, nº4 e 1992; Queiroga 1992, nº457; Teixeira, R. 1996, p.20; Silva A.C.F 2007, p.148.

Nº 31 Sítio/Designação: Castro de Bobadela/Brejo **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Bobadela **Lugar:** Bobadela **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 33**

33

Latitude: 41°43'49 **Longitude:** 07°37'42 **Altitude:** 657m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado encontra-se sobranceiro ao castro da Nogueira e tem apenas uma linha de muralha que compõem o seu reduto defensivamente. Relativamente ao espólio ressalvamos, referências à presença de cerâmica comum romana, *imbrex* e *tegulae*.

Bibliografia: Santos Júnior 1982, p.260; Miranda *et alii* 1983, nº 5, p.403, 435-443 e 1986, p.75-78; Martins J.B. 1984, nº 5 e 1992, p.5; Queiroga 1992, nº458; Teixeira 1996, p.20; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 32 Sítio/Designação: Castro de Sapelos **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Sapiãos **Lugar:** Mouros **C.M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°42'55 **Longitude:** 07°36'16 **Altitude:** 600m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: É um povoado com uma organização defensiva considerável, uma vez que possui duas linhas de muralha e dois fossos. Destaca-se a presença de duas valas, que estarão relacionadas com uma possível exploração mineira presente neste castro. Ao nível do espólio contamos com a presença de cerâmica comum romana, bem como cerâmica castreja.

Bibliografia: Santos M.C. 1969; Montalvão 1971, p.42-46; Santos Júnior 1982, p. 260; Queiroga 1992, nº470; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 33 Sítio/Designação: Castro do Muro/Cerca **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Sapiãos **Lugar:** Sapiãos **C.M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°42'18 **Longitude:** 07°37'51 **Altitude:** 570m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado apresenta pequenas dimensões, mas ostenta um sistema defensivo composto por duas linhas de muralha e por dois fossos. O seu espólio é baseado num conjunto de fragmentos de cerâmica castreja.

Bibliografia: Martins J.B 1984 e 1992, p. 8; Miranda *et alii* 1986, p.11-13; Queiroga 1992, nº455; Teixeira 1996, p.70; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 34 Sítio/Designação: Castro do Muro/Casa dos Mouros **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Sapiãos **Lugar:** Sapiãos C.**M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°43'22 **Longitude:** 07°37'57 **Altitude:** 600m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: O povoado possui um sistema defensivo bastante desenvolvido, chegando a ser considerado ciclópico. Em termos de espólio são frequentes os fragmentos de cerâmica castreja.

Bibliografia: Miranda *et alii*, 1983, nº8, p. 403 e 1986, p.38-42; Martins J.B. 1984, nº9 e 1992; Queiroga, 1992, nº471; Teixeira, R. 1996, p.67; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 35 Sítio/Designação: Castro do Cabeço **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Sapiãos **Lugar:** Granja C.**M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°42'37 **Longitude:** 07°39'17 **Altitude:** 764m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: As estruturas defensivas deste povoado são formadas, por duas linhas de muralha e dois fossos. Devido às intervenções aqui realizadas foram descobertas habitações de planta circular, juntamente com um espólio diversificado, com cerâmica comum romana, *imbrex* e *tegulae*, bem como cerâmica castreja.

Bibliografia: Santos Júnior 1982, p.260; Montalvão 1971, p. 84-85; Miranda *et alii* 1983, nº9, p.403, 425-426; Martins J.B. 1984, nº10 e 1992; Queiroga 1992, nº467; Teixeira, R. 1996, p.66; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 36 Sítio/Designação: Castro do Outeiro do Pardo **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Boticas **Lugar:** Freixo C.**M.P. 1: 25.000 folha nº:** 46

Latitude: 41°41'16 **Longitude:** 07°38'04 **Altitude:** 500m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: É composto por um sistema defensivo de duas muralhas, tendo no seu interior vestígios de construção habitacional, devido ao amontoado de pedra existente. O seu espólio é diversificado, com cerâmica castreja e romana, bem como as mós tipo *sela*.

Bibliografia: Santos Júnior 1982, p.260; Miranda *et alii* 1983, nº9, p.403, 425-426, Martins J.B. 1984, nº12 e1992; Queiroga 1992, nº460; Teixeira, R. 1996, p.66; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 37 Sítio/Designação: Castro de Mouril **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Pinho **Lugar:** Mouril C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 46

Latitude: 41°41'16 **Longitude:** 07°38'04 **Altitude:** 384m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Tem um sistema defensivo bastante dotado, com muralhas de uma espessura de 2,60 metros, sendo ainda defendido por um fosso na vertente NO do povoado. Neste castro encontramos vestígios de construções e de cerâmica castreja.

Bibliografia: Santos Júnior 1982, p.260; Miranda *et alii* 1983, nº12, p.419-423, Martins J.B. 1984, nº13 e1992, p.36; Queiroga 1992, nº468; Teixeira, R. 1996, p.13; Silva 2007, p.145.

Nº 38 Sítio/Designação: Castro de Carvalhelhos **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** Beça **Lugar:** Carvalhelhos C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 46

Latitude: 41°41'55 **Longitude:** 07°43'57 **Altitude:** 850m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado foi um dos mais estudados na região, devido ao número de intervenções arqueológicas que foi sofrendo, durante várias décadas, que colocaram à vista inúmeras estruturas habitacionais, bem como um sistema defensivo bastante elaborado, com três linhas de muralha, fossos e ainda um sistema de pedras fincadas. Devido ao elevado número de vestígios, o espólio deste castro é também bastante numeroso, contando com cerâmica castreja, cerâmica comum romana, tendo também um espólio numismático considerável.

Bibliografia: Santos Júnior 1957, p. 25-62 e 1959-60, p.361-368 e 1963, p. 187-193 e 1964, p. 360-365 e 1966, p. 181-190 e 1971, p.72-75 e 1973, p.207-219 e 1975, p.559-566 e 1977, p.161-165 e 1978, p. 323-333 e 1980, p.607-619 e 1981, p.140-147 e 1982, p. 249-263 e 1983, p.511-519 e 1984, p.673-682 e 1984, p.411-424; Esparza 1980, nº14; Miranda *et alii* 1983, nº14, p.430-435; Martins J.B. 1984, nº 15 e 1992, p. 36;

Ponte 1984, nº73; Queiroga 1992, nº453; Redentor 2000, p.16, 21-23; Silva A.C.F 2007, p.145.

Nº 39 Sítio/Designação: Castro de Outeiro de Lezenho **Distrito:** Vila Real

Concelho: Boticas **Freguesia:** São Salvador de Viveiro **Lugar:** Covas do Barroso
C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 59

Latitude: 41°38'44 **Longitude:** 07°45'13 **Altitude:** 1024m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este castro evidencia um sistema defensivo bastante sofisticado, com três linhas de muralha, que chegam aos três metros de espessura em algumas zonas. Foram registadas três casas de planta circular.

Bibliografia: Hubner 1971; Pereira 1908 e 1915; Vasconcellos 1913, p.48-49; Sarmento, p. 1880-81-86-96; Paris 1903, p.1-8; Paço 1966; Montalvão 1971, p.96; Santos Júnior 1982, p.260; Guerra 1982, p.28-29; Miranda et alii 1983, nº18, p.403 e 1986, p. 56-59; Martins J.B. 1984, nº 19 e 1992, p.37; Queiroga 1992, nº464; Calo Lourido 1994, p. 292-302 e 2003, p. 10-12; Silva A.C.F 2007, p.146; Lemos 2008, p. 13.

Nº 40 Sítio/Designação: Castro do Alto de Santa Ana **Distrito:** Vila Real

Concelho: Chaves **Freguesia:** Outeiro Seco **Lugar:** Alto de Santa Ana **C.M.P. 1: 25.000 folha nº: 34**

Latitude: 41°46'21 **Longitude:** 07°28'33 **Altitude:** 809m

Tipo de Sítio: Castro

Período Cronológico: Proto-História

Descrição: Este povoado destaca-se pela ocupação de épocas mais tardias, mas tem também referências à Idade do Ferro devido ao espólio que foi descoberto, na sequência de intervenções realizadas no local.

Bibliografia: Santos 1995, p. 117

7. Os Povoados e os seus sistemas defensivos

Numa região onde a concentração de povoados é elevada, destacamos uma característica, que é comum a quase todos os castros e que se relaciona com os seus sistemas defensivos. Essa particularidade tem que ver com as suas dimensões e diferentes tipos de soluções defensivas.

A fortificação dos povoados é sem dúvida um tema que assume um papel importante e a região é pródiga em exemplos de grandes sistemas defensivos, uma vez que a nosso estudo incide sobretudo na perspectiva indígena da região, revela-se importante saber quais os motivos que impulsionaram a construção destes sistemas defensivos tão elaborados, criando uma autêntica “civilização de pedra” (Silva A.C.F. 2006, 99).

As razões foram variando de fase para fase, uma vez que as construções ou melhoramentos, destes dispositivos acompanharam sempre, a maior ou menor necessidade de defesa que estes espaços requeriam. Há também bastantes interpretações dos significados que estes sistemas teriam, como por exemplo a defesa da teoria de que a fortificação se manifesta, devido a um estado endémico de guerra, de um simbolismo comunitário, que fortaleça a comunidade para o exterior, ou uma representação da tripartição da sociedade, sacerdotes, camponeses e guerreiros ficando bem patente a função e a importância que a classe guerreira desempenhava na sociedade castreja. Por último podemos também salientar os movimentos de povos, aquando das invasões romanas, a partir de 137 d.C. (Lemos 2008, 14).

O simbolismo destes sistemas, terão ocorrido numa fase mais monumental, que são defendidos, como pertencentes à II Idade do Ferro, contudo a preocupação da monumentalidade dos sistemas defensivos, deverá ter sido transversal a todas as fases da cultura castreja, já que o acto de monumentalizar poderá ser um marcador/identificador de cada comunidade na paisagem (Fonte 2008, 11).

Sem ter em linha de conta o acto de construção, que está obviamente imbuído de uma carga simbólica, devemos considerar que um dos factores determinantes para a construção de muralhas, fossos ou campos de pedras fincadas, nos castros da região estará, ligado ao processo de exploração e produção metalúrgica que era vital defender. A defesa destes recursos terá sido decisiva, para as tipologias de construção destes sistemas defensivos, existindo vários exemplos de grandes soluções defensivas dentro da nossa área de estudo.

Para uma análise aos sistemas defensivos usados, nos vários castros do alto Tâmega, podemos dar vários exemplos, contudo analisaremos apenas dois casos, que de uma forma geral evidenciam as características que são comuns aos restantes povoados da região.

7.1. Castro de Carvalhelhos

Este povoado beneficiou de vários anos de escavações arqueológicas, levadas a cabo por Santos Júnior, o que fez com que grande parte dos vestígios, tenham sido preservados. Devido aos vários relatórios de escavação, realizados pelo orientador dos trabalhos destacamos alguns que abordam, somente os dispositivos defensivos deste castro. Nestes trabalhos são testemunhadas várias soluções defensivas, entre as quais muralhas, fossos e pedras fincadas, levando mesmo à notoriedade das suas condições defensivas (Júnior 1972, 4).

O povoado é composto por três linhas de muralhas e dezasseis rampas de acesso às mesmas (Júnior 1972, 5), sendo uma particularidade na área de estudo, existindo apenas um paralelo, situado no castro de S. Vicente de Chã, em Montalegre (Júnior 1972, 6). A primeira muralha é formada em duplo paramento num *opus incertum*, com a face externa afeiçoada e a interna em xisto, no entanto nas restantes linhas de muralha é utilizado somente o xisto (Redentor 2000, 22).

O dispositivo mais invulgar neste povoado, é sem dúvida o das rampas de acesso às muralhas, que deveria servir para um acesso fácil ao cimo das muralhas, levando a crer que a defesa se fazia em cima das muralhas (Júnior 1959-60, 4 e 6). Para além deste dispositivo o povoado conta, com mais um sistema defensivo, que são os fossos e que estão colocados no lado menos defensável do castro (Redentor 2000, 22).

Os três fossos existentes variam na dimensão, tanto em largura, onde variam entre os 4 ou 5 metros e os 10 ou 12 metros, a sua profundidade pode chegar em certos pontos dos 3 aos 5 metros (Santos Júnior 1957, 44), conforme o esquema apresentado por Santos Júnior sustenta (**fig. 11**). Contudo há registos que marcam a profundidade destes fossos, entre os 5 e os 8 metros (Redentor 2000, 22).

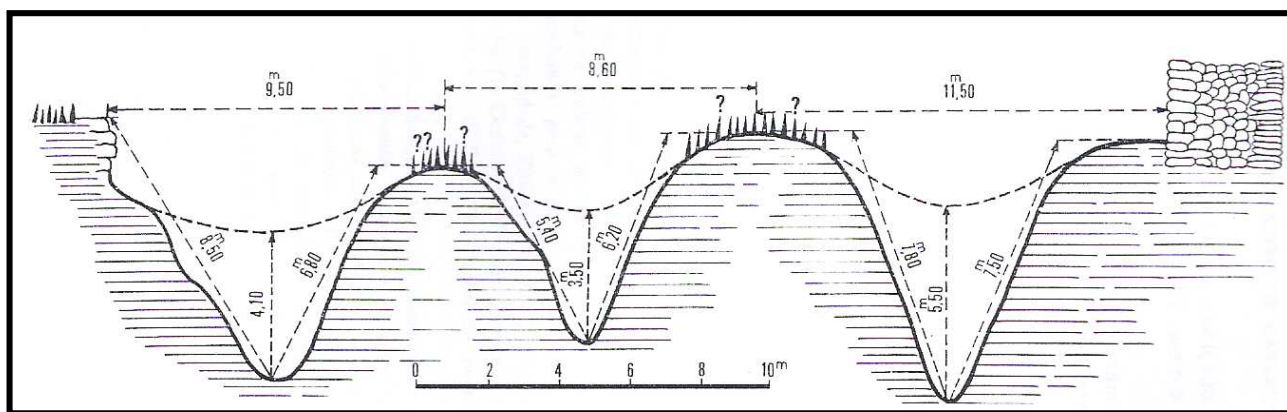


Fig. 11: Fossos do Castro de Carvalhelhos, Boticas, (Júnior 1973, 9)

Este castro apresenta uma outra solução defensiva, designada por *pedras fincadas*, que se notabiliza por ser de carácter excepcional, uma vez que não ocorre em todos os povoados do noroeste peninsular, estando limitada na área portuguesa às zonas do nordeste transmontano, entre os rio Tuela e Douro, estendendo-se até à zona do Tâmega, tendo particular saliência nos concelhos de Chaves e Boticas (Redentor 2000, 16).

Este sistema é oriundo do interior da meseta, concretamente da zona de Castilla e León, espalhando-se pela região de Trás-os-Montes, como anteriormente referimos. Os castros com pedras fincadas destas duas regiões, pertencem à “cultura dos verracos”, que tem em comum este tipo de defesas nos seus povoados (Redentor 2000, 15). A utilização deste sistema não terá sido feita exclusivamente através da pedra, pois julga-se que inicialmente era utilizada madeira, atribuindo-se o nome de *estacada* a este tipo de defesa (Arroyo 1980, 6).

Relativamente à sua funcionalidade existem várias teorias, umas apontam mais para a utilidade deste sistema contra a cavalaria, outras mencionam que seriam mais úteis contra a infantaria. No nosso ponto de vista as *pedras fincadas* eram úteis contra os dois tipos de ataque, contudo seriam mais viáveis contra ataques de cavalaria (Redentor 2000, 13).

Balizar cronologicamente este dispositivo defensivo, revela-se difícil, já que não conseguimos obter datações concretas, existindo uma diversidade cronológica considerável. No entanto a maior parte dos estudos apontam para a I Idade do Ferro, sensivelmente até 600/500 a.C., mas com prevalências em época romana (Redentor 2000, 12).

As dificuldades da atribuição de cronologias a este sistema, são também visíveis no caso de Carvalhelhos, já que não se consegue atribuir uma cronologia concreta (Arroyo 1980, 11).

O conjunto de *pedras fincadas* deste povoado tem cerca de 40 a 50 metros de comprimento e uma largura entre os 8 a 10 metros (Santos Júnior 1973, 7). O conjunto concentra-se no fosso externo, estando numa disposição noroeste/sudoeste, tendo como elevação acima do solo entre os 0,25 e os 0,50 centímetros (Redentor 2000, 22).

7.2 Castro de Ribas

O segundo caso apresentado é o Castro ou Cerca de Ribas, em Valpaços, que apresenta também um sistema defensivo bastante consolidado, chegando a possuir seis linhas de muralha (fig. 12).

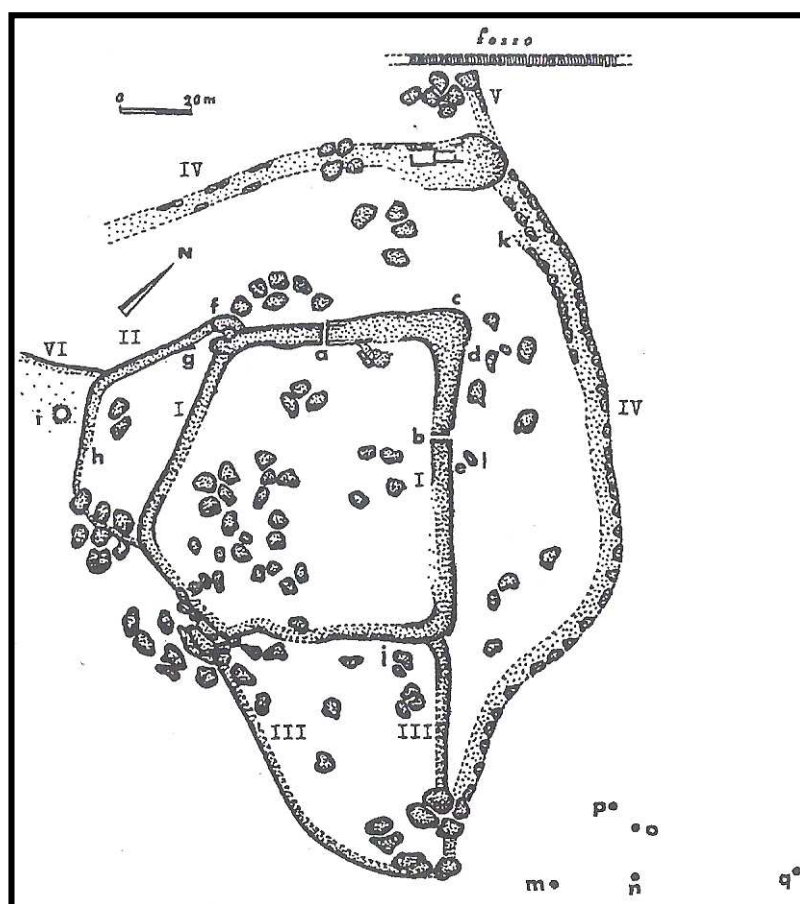


Fig. 12: Muralhas do Castro de Ribas, Valpaços, (Freitas 2003, 51)

Este castro pela sua localização limita a leste a zona dos grandes povoados (Lemos 2008, 13), que vem desde a dorsal galega na Galiza Meridional, até leste à bacia

hidrográfica do Douro, abrangendo por isso a bacia do Tâmega (Lemos 2008, 12). Este povoado destaca-se pela imponência das suas muralhas, como podemos constatar logo pela primeira linha de muralha, que ostenta em alguns casos os 2 metros de altura e os 6,80 metros de largura (Freitas 2003, 54).

No caso da primeira linha de muralha merecem destaque particular, os dois silhares decorados, um com um motivo radial gravado num círculo, que poder ter o significado de um símbolo astral (Freitas 2003, 57). O outro apresenta duplas volutas num eixo central (Teixeira 1996, 109), que poderão ter pertencido a uma ombreira de porta de uma casa (Freitas 2003, 60).

No caso da segunda linha de muralha destacamos a presença na zona de entroncamento com a primeira linha de um torreão sub-circular, que defendia esta zona que se revela como um das zonas de fácil acesso do povoado (Teixeira 1996, 109). Ressalvamos também o facto deste segundo troço de muralha, ser o que apresenta melhor estado e o que tem maior extensão (Freitas 2003, 62).

A terceira linha de muralha destaca-se por limitar uma área, com maior potencial de habitabilidade, uma vez que é uma área de grande dimensão e mais protegida, no entanto a potencialidade deste local relativamente à existência de habitações, ainda não foi comprovada, já que esta zona ainda não foi alvo de qualquer escavação (Freitas 2003, 64).

Quanto à quarta linha de muralha destaca-se por revelar um aparelho ciclópico (Teixeira 1996, 109), pois apresenta uma largura entre os seis e os oito metros (Freitas 2003, 64), todavia há quem afirme que a largura desta muralha, que é a muralha externa do povoado, supostamente a mais antiga a ser construída e que pertencerá possivelmente já à época romana (Freitas 2003, 66), poderá chegar aos onze metros (Lemos 2008, 13).

Contudo o facto de maior relevância, relativamente à quarta linha de muralha, relaciona-se com a existência de três casas rectangulares, que apontam para uma cronologia mais recente, provavelmente da fase IIIB, onde a aculturação romana se fazia sentir com mais evidência.

Para além destas quatro linhas de muralha, podemos registar mais duas, mas de menor dimensão do que as anteriores. Para além destas linhas defensivas, o povoado possui ainda um fosso que carece ainda de algumas confirmações, para que possa ser designado como fosso. Estas dúvidas prendem-se com o facto de não existir um estudo a esta defesa, uma vez que não se conhece a sua profundidade, o que impossibilita saber se seria um obstáculo a quem atacasse o povoado (Freitas 2003, 53).

Estes dois exemplos ilustram de uma maneira geral, as tipologias defensivas existentes na região, bem como nas regiões limítrofes. Resumindo as características descritas, facilmente percebemos que a imponência das estruturas, bem como as várias soluções existentes tinham um propósito defensivo bastante concreto, o que nos leva a crer que estes dispositivos, para além da defesa dos povoados fariam parte de um sistema estratégico para o controlo das rotas de comunicação e de acesso aos recursos estaníferos (Lemos 2008, 14).

Os modelos aplicados nas muralhas e restantes componentes defensivos, vão também ao encontro do que é aplicado nos grandes castros, entre a Galiza Meridional e a Bacia Hidrográfica do Douro, já que apresentam várias linhas de muralha que podem variar entre as três ou cinco linhas e com soluções variadas (Lemos 2008, 12).

Para além do ponto de vista defensivo e como já ressalvamos anteriormente, as muralhas poderão ter um efeito monumental, servindo como símbolo de ostentação e força para as comunidades exógenas. A função defensiva não estaria dissociada da função monumental, pois ambas poderiam funcionar como forma de intimidação do inimigo (Fonte 2008, 19).

Estas tipologias defensivas manifestam-se noutros povoados, como por exemplo no Castro de Outeiro de Lezenho que evidencia uma estrutura defensiva notável, com a presença de torreões e de segmentos radiais de muralhas (Lemos 2003, 13). Este sistema de defesa sofisticado no nosso entender estará associado também aos recursos metalúrgicos. Pela sua dimensão e também pela importância que é atribuído a este local, acreditamos que um estudo científico profundo daria resposta, a muitas das questões que este povoado coloca.

Tendo em conta a importância atribuída ao povoado, que é evidente sobretudo devido à sua localização, já que se encontra num morro a 1024 metros de altitude, oferecendo-lhe um domínio visual sobre um vastíssimo território. Este domínio não seria somente visual, uma vez que conjugado ao seu posicionamento, temos a existência de quatro estátuas de guerreiros galaicos provenientes deste local, que se caracterizam como símbolos de poder. Estes factores em conjunto, levaram muitos autores a defender a tese, que o Outeiro de Lezenho seria um povoado que teria preponderância sobre outros povoados (Amaral 1993, 104), podendo ser mesmo sede de um povo (Lemos 2008, 13).

8. *Lugares centrais* pólos de hierarquia e controlo do território

Estas questões conduzem-nos a outra problemática, que se relaciona com o ordenamento do território e com a questão dos *lugares centrais*. A tendência para a criação de *lugares centrais*, é uma ideia que vem de certa forma seguindo o que já se verificava no Bronze Final, onde se começaram a notabilizar os sistemas de povoamento hierarquizado (Jorge S.O. 1991, 389). Ao longo do I milénio a.C. esta tendência intensifica-se, tendo particular ênfase no momento da campanha militar de *Decimus Iunius Brutus*, que terá desta forma justificado ainda mais o sistema e povoamento hierarquizado, onde povoados menores estariam sob o domínio de lugares centrais (Silva A.C.F. 2007, 76). Cronologicamente esta hierarquia do povoamento terá tido maior expressividade na fase III da cultura castreja (Martins 1990, 212). Estes povoados são privilegiados em relação aos outros, devido à sua localização, uma vez que por norma localizam-se em zonas mais interiores, todavia têm mais capacidade para uma maior concentração demográfica, como já referimos, ao invés dos povoados do litoral, que estão mais expostos e apresentam mais vulnerabilidades. Este facto explica por exemplo, o crescimento de povoados como Sanfins, entre outros, durante a fase III da cultura castreja. (Silva A.C.F. 2007, 76).

No alto Tâmega, um dos factores importantes para a hierarquização do povoamento, terá sido uma vez mais a produção metalífera, que se enquadra numa das correntes de intercâmbio, que este tipo de povoamento estabelece (Correia 2001, 217). Certamente estes motivos justificam os seis povoados centrais que a região apresenta, segundo a classificação de A.C.F Silva (2007) e que são os casos do Castro de Outeiro de Lezenho; Castro de Pedrário; Crastas de Santiago, Castro de Santiago/Vila Nova, Castro de Ribas e finalmente o Castro do Alto do Vamba. Apesar da existência destes seis avançaremos apenas para a análise de um dos povoados, que na nossa opinião reúne os melhores elementos (Silva, A. M. 1999, 411) para ser designado como *lugar central*, pois tem uma excelente localização e um sistema defensivo notável como já referimos, tendo também importantes vestígios monumentais, como são os exemplos das estátuas guerreiras.

Seguindo os modelos de Hooder e Thyssen, e no caso português de Manuela Martins, João I. Vaz ensaiou um esquema do domínio dos *lugares centrais*. Esse domínio como já foi referido anteriormente faz com a distância entre os lugares centrais, seja de 33 km, a distância dos povoados secundários aos lugares centrais serão de 10,5 km e as

distâncias dos povoados terciários, rondam os 6 a 10 km (Vaz 1998, 150). Para as distâncias menores, que representam na maioria dos casos, os povoados secundários e



Fig. 13: Povoados do território de Outeiro de Lezenho

terciários, 10 km equivalem a 2 horas de percurso e 5 km, a uma hora de percurso (Martins 1990, 211).

Analisando o território de Outeiro Lezenho (**fig. 13**) seguindo o modelo aplicado por João I. Vaz, constatamos que as distâncias, entre este *lugar central* e os restantes *lugares centrais* do vale superior do Tâmega, não cumprem em regra o limite dos 33 km, excedendo os 30km em apenas em dois casos, conforme podemos constatar (**quadro 1**).

Outeiro de Lezenho	Castro Pedrário = 21,02 km
Outeiro de Lezenho	Castro de Santiago = 28,22 km
Outeiro de Lezenho	Crastas de Santiago = 24,60 km
Outeiro de Lezenho	Castro de Ribas = 30,97 km
Outeiro de Lezenho	Castro do Alto do Vamba = 32,61km

Quadro 1: Distâncias de Outeiro de Lezenho aos *lugares centrais* do alto Tâmega

No caso dos lugares limítrofes e que estariam sobre o domínio deste povoado, as distâncias aproximam-se mais do modelo que nos serve de base para este ensaio, existindo cinco povoados secundários e um terciário, tal como podemos analisar (**quadro 2**).

Outeiro de Lezenho	Castro de Carvalhelhos = 6,19 km (povoado terciário)
Outeiro de Lezenho	Castro de Capeludos = 10,50 km (povoado secundário)
Outeiro de Lezenho	Castro de Rebordochão = 11,42 km (povoado secundário)
Outeiro de Lezenho	Povoado da Torre = 11, 86 km (povoado secundário)
Outeiro de Lezenho	Castro de Outeiro do Pardo = 11,26 (povoado secundário)
Outeiro de Lezenho	Castro do Cabeço secundário) = 11,30 km (povoado secundário)

Quadro 2: Distâncias de Outeiro de Lezenho para os povoados secundários e terciários

O território de Outeiro de Lezenho tem uma particularidade, que devemos salientar e que se relaciona directamente com os povoados que domina, mais concretamente com os castros de Carvalhelhos e Capeludos, que são conhecidos como dois povoados ligados à actividade metalúrgica.

Esta ligação faz com que seja possível sustentar a ideia da existência de castros mineiros pré-romanos (Fonte 2008, 21), que por norma se concentram em povoados de menor dimensão.

Tendo em conta a quantidade de estanho encontrada em Carvalhelhos e da possível especialização deste povoado na actividade metalúrgica (Fonte 2009, 15), bem como a referência de Capeludos como um couto mineiro romano (Alarcão 1998, 55), faz com que possamos colocar a hipótese de que Outeiro de Lezenho concentrasse a actividade metalúrgica, sobretudo a produção de estanho (Fonte 2009, 15). Esta actividade teve uma forte continuidade em época romana, notabilizando-se essencialmente durante o séc. I d.C., no momento em que os interesses do Império no noroeste incidiram fortemente no aproveitamento dos recursos minérios (Fonte 2008, 21).

O facto da região ser economicamente forte, tendo vários recursos à sua disposição para explorar, levou na nossa opinião a um incremento do povoamento, o que poderá justificar a grande densidade de povoados existentes na região, bem como a importância das comunidades indígenas no quadro de ocupação do território do alto Tâmega. Essa importância é reforçada pela forte presença do substrato indígena, num mundo culturalmente romanizado, que nós constatamos nos testemunhos epigráficos que abundam na região.

9. O substrato indígena da região, a partir da Epigrafia

A epigrafia do alto Tâmega, concentra-se sobretudo na quantidade significativa de epígrafes existentes em torno de *Aquae Flaviae*, devido ao elevado grau de romanização que a cidade teve e que se estendeu em certa medida ao resto da região.

A análise dos dados epigráficos da região demonstra, relevância para um estudo conciso, sobre o substrato indígena que pretendemos ressaltar neste trabalho. Deste modo apresentamos um ficheiro epigráfico, que reúne no nosso ponto de vista vários elementos que são caracterizadores de uma prevalência autóctone. Falamos em prevalência, uma vez que os dados que chegaram até nós são já de uma presença romana plena na região, concretamente latina, não manifestando um carácter cronológico totalmente indígena, pois evidencia uma realidade tardia, num período de mudanças sociais e mentais (Martins e Jorge S.O. 1992, 348).

Apesar desta realidade conseguimos constatar o substrato indígena, em diversos elementos, que estão presentes nos antropónimos, nos teónimos, nos lares e por último nos *populi*. Relativamente aos antropónimos destacamos, os que têm uma ligação com o contexto peninsular, nomeadamente com o noroeste peninsular.

Neste sentido reunimos um conjunto de nomes que indicam essa mesma ligação (**Gráfico 1**). Na recolha que conseguimos realizar salientamos a predominância de certos nomes, entre os quais o de *Rebvrivs* (**epígrafes nº 8, 14, 15, 17, 25, 28, 30, 33**) que aparece por oito vezes na epigrafia da região. A origem deste antropónimo é hispânica e poderá ter como significado, segundo o latim tardio, rebelde, de cabelo eriçado (Albertos 1966, 217).

O segundo antropónimo com mais proeminência é o de *Camalus* (**epígrafes nº 34, 29**), que é um nome bastante conhecido na onomástica indígena, frequente em inscrições nos povoados do noroeste peninsular (Delgado e Morais 2009, 13). Deste nome temos de salientar a inscrição da Citânia de Briteiros, que realça ainda mais o antropónimo, devido à ligação do nome a uma família deste povoado (Alarcão 1999, 7). Este antropónimo terá provavelmente uma origem céltica (Silva A.C.F. 1980, 85), sendo considerado um nome tipicamente hispânico, muito usual na Lusitânia (Albertos 1966, 107). A presença deste nome no noroeste peninsular, revela que para além da Lusitânia, este nome tem também expressão a norte do Douro na *Gallaecia*.

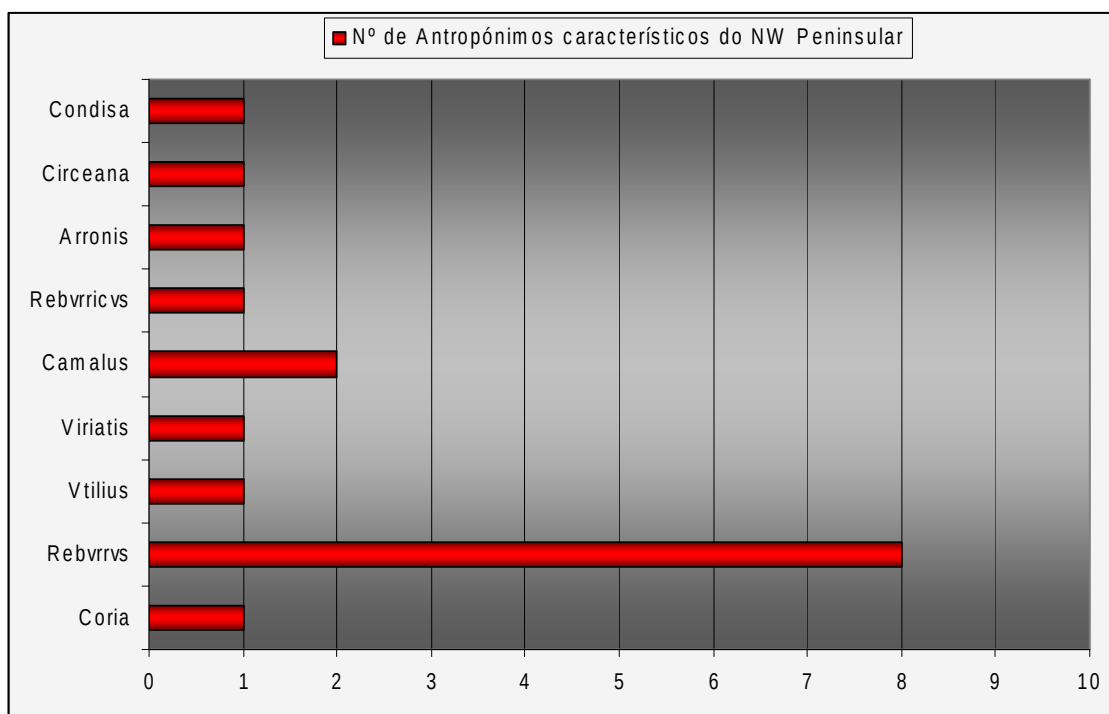


Gráfico 1: Antropónimos indígenas no alto Tâmega

Os restantes nomes têm uma expressão menor na epigrafia da região, mas são também frequentes na onomástica do noroeste peninsular (Albertos 1966, 52, 53, 137, 347, 348). Destacamos desde já uma variação do nome *Rebvrrvs* em *Rebvrricvs* (**epígrafe nº 30**), no entanto esta variação não está atestada como sendo comum no contexto peninsular. Realçamos também o antropónimo *Coria* (**epígrafe nº 6**), que é também muito frequente no contexto peninsular, sobretudo na Península. O radical deste nome deverá ter uma ligação com *koros*, *korios*, que significa guerra, exército (Albertos 1966, 140). A relação deste antropónimo com a definição de guerra poderá ser mais um indicador, que reforça a ideia de uma sociedade guerreira durante o I milénio a.C.

Outro aspecto que merece a nossa reflexão relaciona-se com a importância da teonímica, para a compreensão do substrato autóctone, já que a religião assume um papel relevante na sociedade. Tendo como base as epígrafes estudadas a divindade que recolha mais citações (**Gráfico 2**), é sem dúvida *Larouco* (**epígrafe nº 7, 23, 24**) que seria na hierarquia das divindades indígenas a que ocuparia lugar de soberania, sendo considerado o deus máximo, basta ter em conta a citação *Larauco D (eo) Máximo*, de Vilar de Perdizes, ou até mesmo a sua associação com Júpiter, comprovada numa epígrafe de Vilar de Perdizes, Montalegre (Tranoy 1981, 281).

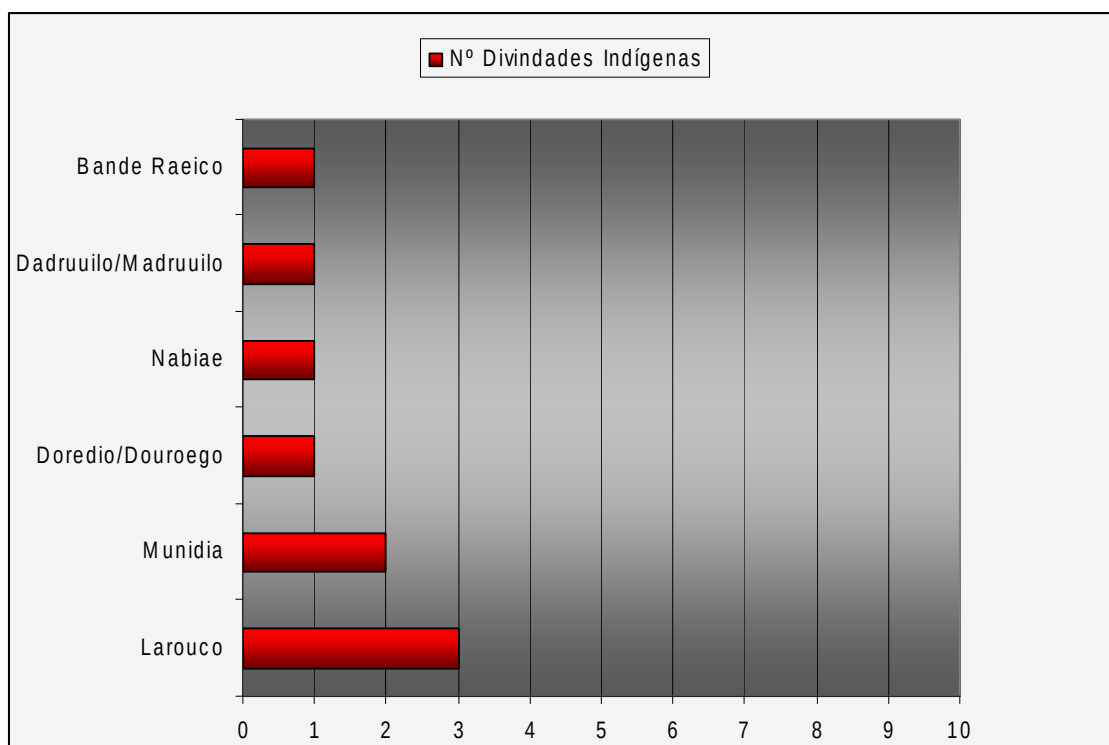


Gráfico 2: Teónimos indígenas do alto Tâmega

A sua importância na região vai ao encontro da toponímia actual, como é o exemplo da Serra do Larouco, uma vez que o domínio desta divindade estaria relacionado com o domínio das alturas (Silva A.C.F. 2007, 398).

A segunda divindade com maior expressividade é *Munidia* (**epígrafe nº 2 e 4**), contudo existem sérias dúvidas relativamente à existência desta divindade, todavia é conhecida na beira baixa (Pedreño 2002, 97). Para alguns autores esta divindade é conhecida como *Asurniae*, o que aumenta as opiniões cépticas em relação a esta divindade. Apesar deste facto a sua presença no contexto regional é um facto credível, devendo-se ter em conta a sua associação a *Cosunea* que surge na Citânia de Sanfins (Tranoy 1981, 277).

As restantes divindades merecem também o nosso realce, já que pelo menos duas têm o seu culto bem enraizado na região. Os casos de *Nabia* e *Bande Raeico*, que se aproxima com *Bandua* estão presentes na epigrafia da região, o que significa a relevância destas divindades no quadro religioso indígena. O culto à deusa *Nabia* (**epígrafe nº 16**) é desde há muito conhecido, devendo-se muito provavelmente a J.Contador de Argote o seu conhecimento (Vasconcellos 1905, 239), devido à descoberta da Fonte do Ídolo em Braga, onde apareceu uma inscrição a TONGOE NABIAGO, onde *Nabia* assumiria um papel de relevo em conjunto com *Tongus* (Silva A.C.F. 2007, 410).

A conexão desta divindade feminina com outra masculina, não é uma circunstância impossível, uma vez que na região há um registo desse acontecimento, como é o caso da gravura de Vilar de Perdizes, onde a figura masculina segura o maço, tal como na Fonte do Ídolo, assemelhando-se a *Jupiter-Dispater-Sucellus* (Silva A.C.F. 2007, 411).

A origem do nome *Nabia*, poderá estar relacionado com uma palavra de origem grega e que significa bosque, ou fonte, partindo sempre do sufixo *Nau* para explicar a etimologia da palavra. A forma *Navia*, pela qual também é conhecida esta divindade associa-se também a zonas auríferas ou relacionadas com vales (Blázquez 2004, 262), o que se enquadra com a tipografia da região, bem como com os recursos metalúrgicos existentes. A analogia de *Nabia* como uma deusa do domínio das águas, é também frequente devido há acumulação de diversos factos, um deles é a Fonte do Ídolo, onde a nomenclatura fala por si. Outro facto a ter em conta e que reforça esta conotação com a água, é a citação de Ptolomeu sobre o rio *Náβια*, que corresponderá actualmente ao rio Neiva (Vasconcellos 1905, 278).

O terceiro caso de maior relevo no âmbito das divindades é a *Bande Raeico* (**epígrafe nº 14**), que deverá sem dúvida representar o deus *Bandua* tendo aqui um epíteto diferente que poderá ser interpretado como *Raeico*, *Paeico* ou *Meico* (Pedreño 2002, 87). Esta divindade tinha uma grande expressão em toda a *Gallaecia* (Pedreño 2002, 87), podendo ser designada como o “*Marte Indígena*” (Pedreño 1999, 342), ou seja tal como *Larouco* está associado a *Júpiter*, o deus *Bandua* estaria relacionado com o deus da guerra romano, que era Marte, uma vez que tendo em conta a veracidade da epígrafe de Rairiz da Veja em Ourense, *Martis socio Banduae*, essa relação seria mais verosímil (Pedreño 2002, 88).

Ainda relativamente aos testemunhos epigráficos relacionados com divindades, destacamos a presença de duas que apresentam dificuldades, na sua leitura. Falamos dos casos de *Dadruillo/Madruillo* e de *Doredio/Douroego*, que mantêm dificuldades na sua interpretação (Pedreño 2002, 93).

A dimensão de certas divindades como *Bandua* e *Larouco*, fez com que estas pertencessem a um grupo de divindades supra-locais (Pedreño 2002, 85), que juntamente com *Nabia* teriam grande repercussão na vida religiosa da sociedade, que terá mantido as suas tradições religiosas apesar da ocupação romana, como revela a epigrafia na maioria dos casos. A manutenção destas tradições levam-nos a admitir que a verdadeira intenção de Roma, era a de aproveitar ao máximo os recursos da região,

não manifestando grande interesse em romanizar, tirando exceções como *Aquae Flaviae* (Martínez 2000, 180).

Outros elementos presentes na epigrafia que nos auxiliam a compreensão do substrato indígena, são as referências aos Lares, que manifestam uma aproximação da religião romana com a indígena, como são os exemplos dos *Laribus Gegeigis*, os *Laribus Tarmucenbaecis* (Pedreño 2002, 92), bem como os *Laribus Cusicelensibus*, *Erredicis* e *Findeneticis* (**epígrafe nº 9, 10, 11, 12**) e também as menções aos *populi*, da região, como é o exemplo das duas referências aos *Aebisoc* (**epígrafe nº 13, 19**).

10. Os *populi* do alto Tâmega

A presença do nome de organizações gentílicas em testemunhos epigráficos da região, reforçam ainda mais o carácter autóctone que o noroeste peninsular evidencia, sendo o Padrão dos Povos, em Chaves o exemplo máximo e um dos elementos que caracteriza o substrato indígena da região, sendo importante a sua análise. À semelhança de outros monumentos como a Ponte de Alcântara, o Padrão dos Povos reúne uma lista dos *populi* que agradecem a construção da ponte, como um privilégio para todos os grupos que habitavam a região e as suas periferias.

O *populi* citado por duas vezes no ficheiro epigráfico que elaboramos, é o dos *Aebisoc*, que se situa, entre os *Limici* e os *Quarquerni* (Silva A.C.F. 2007, 393), no entanto a localização precisa deste *populi* continua incerta, pese embora esteja também referenciado na lista do “Padrão dos Povos”. A dúvida quanto à sua localização prende-se com o facto de também existirem incertezas, relativamente à sua verdadeira designação. Esse cepticismo foi levantado por Alain Tranoy que admite uma leitura diferente do nome deste *populi*, afirmando que estaríamos perante os *Naebisoci*, aproximando o nome à deusa *Nabia* (Tranoy 1981, 81). A nomenclatura sugerida por Tranoy, pode relacionar o nome deste *populi*, com o Rio Neiva, no litoral minhoto, até porque o nome deste curso fluvial para Mela teria a designação de *Naebis* (Estêvez 2008, 361). Contudo o nome *Naebisoci* poderá ter origem no topónimo Naveaus, localidade da província de Ourense, bem próximo da nascente do rio Tâmega (Tranoy 1981, 72). Partilhando do ponto de vista de Tranoy, acreditamos que a localização, continua ainda incerta, todavia tendo em conta o argumento da toponímia, bem como o da presença na inscrição do “Padrão dos Povos”, é possível que a sua localização seja relativamente próxima a Chaves (Tranoy 1981, 72).

Um dos *populi* que não oferece dúvidas quanto à sua localização são os *Aquiflavienses*, pois estão directamente relacionados com *Aquae Flaviae* (Tranoy 1981, 62). Este *populi* poderia ter tido também, segundo a referência de Ptolomeu a designação de *Turodi*, numa primeira fase indígena, antes da concessão do estatuto municipal a *Aquae Flaviae*, que é testemunhada por duas epígrafes uma delas, dedicada à Concórdia dos cidadãos do Município de *Aquae Flaviae* e outra dedicada a Júpiter *Municipalis*.

Para além destas duas referências temos também uma ara dedicada à Tutela do município, numa *villa* romana que possivelmente pertenceria a um magistrado municipal de *Aquae Flaviae* (Teixeira 1996, 119). Estas modificações inserem-se no quadro de transformação jurídica que vários *populi* e *civitas* da Península Ibérica sofreram na época dos Flávios (Tranoy 1981, 62). Além desta interpretação temos ainda a alusão aos quatro marcos divisórios entre PRAEN/COROC, encontrados em Outeiro de Jusão, Chaves e que serviriam para dividir em parcelas a zona meridional da Veiga de Chaves para um aproveitamento agrícola desta zona (Silva A.C.F. 2007, 384). Tendo em conta outro facto e pela interpretação destes marcos podemos afirmar que os mesmos têm, uma semelhança paleográfica e uma cronologia aproximada do Padrão dos Povos (Amaral 1993, 65).

A aliar a esta menção temos ainda a sugestão hipotética de que estas duas unidades suprafamiliares (*Praen* e *Coroq*) estariam associadas na criação do possível território dos *Turodi* e que poderá estar conotado com o povoado das Crastas de Santiago que pela sua implantação geográfica (Silva A.C.F. 2007, 384 e 385) sugere a possibilidade de ser o lugar central e primitivo desta comunidade, que teria mudado a sua designação com a reorganização em torno de um novo centro que seria a cidade de *Aquae Flaviae* (Teixeira 1996, 120), deixando para trás o nome étnico adoptando um novo o que demonstra ser mais um sinal da clara transformação que a *civitas* adquiriu com o estatuto que recebeu, sendo também um sinal claro de romanização.

Relativamente aos *Aobrigens* ou *Avobrigenses*, citados por Plínio como “*oppidum Abobrica*”, são localizados pelo mesmo autor na proximidade com o rio Minho, logo após o território dos *Cilenos* que deveria ser entre os *conventus bracaraugustanus* e os *lucensis*, a sul da ria de Vigo (Guerra 1995, 71) na zona mais litoral do Noroeste da Península Ibérica, o que para Alain Tranoy poderá criar dificuldades para a localização dos *Avobrigenses* (Tranoy 1981, 63).

Todavia e salientando uma vez mais a localização deste *populi*, a mesma não tem que obedecer a critérios regionalistas definidos. Por outro lado há autores que defendem

uma outra designação *Avobriga* e com uma localização diferente da citada por Plínio, como Alarcão que afirma que *Avobriga* seria no Castro de Alvarelhos em Santo Tirso, devido à relação com inscrições e de um tesouro monetário que foi encontrado neste local (Tranoy 1981, 63),

Para além desta referência temos outras, como a de Lopez Cuevillas que localiza os *Aobrigenses* com a actual Oímbra, em Verín, muito perto de Chaves, como defende Higinio Estêvez (Estêvez 2008, 237). Contudo face a estas possíveis interpretações preferimos defender a tese argumentada por Lambrino que afirma que *Avobriga* tem várias variantes, contudo a relação que o mesmo autor faz com o nome antigo do rio Ave (*Avus*), não nos parece de todo descabida, sendo mesmo mencionado por autores clássicos como Mela e Ptolomeu.

A denominação de Ave segundo Leite de Vasconcellos deriva de uma transformação linguística que tem como principal razão a etimologia popular, pois a designação verdadeira seria *Avi* (Vasconcellos, 1905, 35). Apesar das diferenças etimológicas e dos diferentes pontos de vista, concordamos com a hipótese de que exista uma relação com o rio Ave, sendo ainda a sua localização um pouco incerta, no entanto sabemos que no percurso deste rio temos vários povoados de grande relevância entre os quais o Castro de Vieira em Vieira do Minho, que é um local de grandes dimensões e com uma ocupação comprovada até à Idade Média ou o Castro de Sabroso e a Citânia de Briteiros, que são também castros de grande importância na região do Ave (Vasconcellos 1905, 36). Estes poderiam ser lugares que serviriam como sede a este *populi*, contudo não temos dados arqueológicos para afirmar convictamente esta hipótese, que até ao momento não ultrapassa meramente o campo hipotético.

No que diz respeito aos *Bibali*, Plínio situa-os entre os *Astures*, contudo Ptolomeu preferiu localizá-los ainda nos limites do *conventus bracaraugustanus* no local designado como *Forum Biballorum*, perto de *Aquae Flaviae*, tal como a cartografia confirma. No entanto há também referências a uma possível localização na zona do Barroso, perto de Montalegre (Estêvez 2008, 262). Todavia parece mais credível a hipótese de localizar este *populi*, no vale do rio Bupal, até porque em termos etimológicos há uma clara semelhança entre Bupal e *Bibali*. A juntar a este facto temos outros de grande relevância, uma vez que a zona da bacia do rio Bupal, conta com cinquenta e três castros contabilizados sendo o mais importante a Cidá do Castro em San Millán em Cualadero, tendo também um importante núcleo de habitat pré-romano e romano (Tranoy 1981, 64).

Abordando agora os *Coelerni*, que são referidos por Plínio, como estando na zona dos Astures, mas Ptolomeu coloca-os no *conventus bracaragustanus*, tendo como lugar central *Coeliobriga*, um pouco mais a sul de *Aquae Flaviae*. Mas os testemunhos arqueológicos encontrados em Castromao, Celanova, Ourense, concretamente uma *tessera hospitalis* que celebra um pacto de hospitalidade entre os *Coelerni* e um Perfeito romano com o nome G. Antonius Aquilius (Tranoy 1981, 66), desviam esta possibilidade. Perante estes vestígios temos de nos render à evidência de que de facto os *Coelerni* se localizavam na região de Ourense.

Analisando a localização dos *Equaesii* e tendo em conta os autores clássicos, confirmamos que a tendência de Plínio, é de referenciá-los entre os Astures, contudo existe grande dificuldade em localizar este *populi* convenientemente, até porque existem poucas referências epigráficas sobre o mesmo. Todavia há quem avance com uma possível localização como é o caso de Colmenero que adiantou duas possíveis localizações, uma a Norte da Serra da Queija, em Manzaneda, Ourense e outra entre os *Limici* e os *Tiburi*, entre o *conventus bracaragustanus* e o *conventus asturum*, mais concretamente entre os *Astures Augustani et transmontani*. Porém esta tese é rejeitada porque a localização sugerida, tendo em conta a perspectiva geográfica é pouca propícia à ocupação humana (Tranoy 1981, 67). Para além deste facto é com estranheza que não vemos este *populi* referido por Ptolomeu que é sem dúvida o autor clássico de referência para o estudo desta região (Tranoy 1981, 22).

Passando agora para a análise dos *Interamici*, devemos ressaltar que somente Ptolomeu faz uma referência, mas não de uma forma clara, pois cita os *Interamnium* localizando-os no *conventus* de Astorga (Tranoy 1981, 69), contudo e apesar de algumas inscrições apontarem para uma localização no *conventus bracaraugustanus*. Uma vez que não temos uma referência espacial precisa para este *populi*, este poderá localizar-se entre o rio Tâmega e o Tua, ou mais a norte entre o Tâmega e o Tuela, a Este de Chaves (Estêvez 2008, 309), como sugere as situações mesopotâmicas que o vocábulo expressa (Silva A.C.F. 2007, 395).

Outros dos *populi* referidos no “Padrão dos Povos” são: os *Limici*, citados por Plínio e também por Ptolomeu que afirma que *Forum Limicorum* seria a sede deste *populi*. Para além das alusões feitas por Ptolomeu existem ainda mais duas inscrições que comprovam a existência da *civitas Limicorum* e que têm a proveniência de Ginzo de Lima (Tranoy 1981, 71). Além disso temos também a localização feita por Macías que

identifica o *populi* no sítio de *Cibdá*, Monte do Viso (Nocelo de Pena) (Guerra 1995, 65).

No que diz respeito à localização dos *Quarquerni*, segundo Plínio ficam situados entre os *Astures*, mas o factor determinante para a localização deste *populi* é sem duvida o Itinerário de Antonino, que nos fala de uma *mansio* da via XVIII entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* com o nome de *Aquae Querquennae* tendo ficado posteriormente com o nome *Quarquerni* (Tranoy 1981, 72 e 73). Além desta explicação temos outra de Lopez Cuevillas que situa os *Quarquerni* na região de Bande em Ourense, e uma outra de Colmenero que os situa no Castro de Labosendaos (Guerra 1995, 65 e 66). O seu posicionamento nesta área faria com que os *Quarquerni* dominassem, os territórios entre o Lima e o Minho (Estêvez 2008, 323).

Por último temos os *Tamagani*, *populi* que também suscita dúvidas quanto à sua localização, que poderá ser na zona de Ourense devido à existência de diversos topónimos no contexto epigráfico, como *Tamagos*, *Tamuelos* (Tranoy 1981, 73). Este *populi* é também colocado no curso médio do Tâmega, a sudoeste de Chaves (Estêvez 2008, 368). Contudo e devido à existência de uma referência epigráfica dedicada a uma divindade do rio Tâmega, *Tameobrigus*, junto à foz do mesmo rio no Marco de Canaveses, leva a que alguns autores aceitem esta localização, afirmando desta forma que os *Tamagani* teriam um território que se estenderia desde o curso inferior do Tâmega até ao Marão (Silva A.C.F. 2007, 396).

11. Ficheiro Epigráfico do alto Tâmega

1) Segirei, S.Vicente da Raia, Chaves, Vila Real.

Inscrição funerária. Epígrafe em forma de estela em xisto. Proveniente do lugar de Curro, Chaves, conservada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

D(iis) M(anibus) s (acrum)
Seneciani
a(nnorum) XXV

Bibliografia: Cardozo 1943, n.º 6, p.54; Cortez 1957, p.105; Colmenero 1977, p.416 e 1987, n.º 188, p. 306 – 307; Le Roux - Silva – Tranoy 1991.

2) Chaves?, Vila Real

Inscrição Religiosa. Epígrafe num bloco de granito irregular, a proveniência desta epígrafe é desconhecida, mas mantém-se conservada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

Mu+niae
L(ucius) . Val(erius) . Flo –
rus . ex vot(o)

Bibliografia: Cortez 1957, n.º 7, p.103; Blázquez 1962, p.83; (ILER, 883); Encarnação 1975, p.238; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

3) Chaves, Vila Real.

Inscrição honorífica. Bloco de granito com as seguintes dimensões. Proveniente de Chaves, Largo de Camões; conservada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

,,,,,,,,,
[,,,,,]on[ino Aug(usto) ?]
pon(tifici) . max(imo)
tr(ibunica) pot(estate) II co(n)s(uli)
p(atri) p(atriae)
civi(tas Aquiflaviensium)

Bibliografia: Le Roux – Tranoy 1973, n.º 13, p.202 – 204; Colmenero 1977, p.420 e 1987, n.º 440, p.573-574 et 1997; Tranoy 1981, p.200; Le Roux-Silva-Tranoy 1991.

4) Arcossó, Chaves, Vila Real.

Inscrição religiosa. Epígrafe em granito, com uma leitura bastante difícil. Proveniente da Igreja de Arcossó (Chaves).

M ? ,,,,,,
 ,,,,,V +++ ,,,,,,
 ,,,,,,
 [,,,,] C L [,,,,] S
 v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)

Bibliografia: Colmenero 1987, n.º 124, p.215; Le Roux-Silva-Tranoy 1991.

5) Santa Comba da Granjinha, Vale de Anta, Chaves, Vila Real.

Inscrição Religiosa.

[,,,,] EBI
 [,,,,] ILO ?
 [,,,,] B+
 VS . EX V
 [.]TO ,,,,, ?
 ,,,,,, ?

Bibliografia: CIL 2475; Colmenero 1987, n.º 95, 1 p.68 – 169; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

6) Aboboleira, Chaves, Vila Real.

Inscrição funerária. Epígrafe em granito, encontrada nas imediações do Hospital Novo, junto a uma antiga barragem romana. Conservada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

Coria

Phil[,,,,,?]

,,,,,,,,

Bibliografia: Colmenero 1987, n.º 187, p.306; Le Roux-Silva -Tranoy 1991.

7) Vilar de Perdizes, Montalegre, Vila Real.

Inscrição Religiosa. Altar de granito, proveniente de Montalegre, lugar de Pena Escrita, Vila de Perdizes. Esta epígrafe encontra-se conservada na Câmara Municipal de Montalegre.

Larauc -

o . D . MAX

P . L ou E . D . MAX

VMO . V

[L] . A . S

Bibliografia: Fontes, 1980; Colmenero, 1980, e 1987, n.º 110, p.190 - 191. Tranoy, 1981, p.281; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

8) Proveniência desconhecida.

Inscrição funerária. Estela em granito, que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia

D(iis) . M(anibus) . s(acrum)

Rebu[rro ?,,,,,]

LII [,,,,,]

CA [,,,,,]

FM SOR SV

Bibliografia: Le Roux – Silva – Tranoy 1991.

9) Argeris, Chaves, Vila Real.

Inscrição religiosa. Proveniente de Argeris

Laribus Eu
SICFLENSBVS
Q(uintus) . NIVIVS . PLACIDI
. F . ENVINS
V . S . L . M .

Bibliografia: CIL II 2469; ILER, 678; Vasconcelos, 1905, p.183; Blásquez, 1962, p.131-132; R. G. 1972, p. 95; Encarnação, 1975, 212-213, 95; Colmenero, 1977, p.415 e 1987 n.º 127, 219; Tranoy, 1981, p.303 e n.º 320; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

10) S. Pedro de Agostém, Chaves, Vila Real.

Inscrição religiosa. Esta epígrafe foi encontrada no lugar de S. Pedro de Agostém, mais concretamente no adro da Igreja.

La[r]ibus
Erredi[ci] -
s Rufus ex
voto

Bibliografia: CIL II, 2470; ILER, 675; Blásquez, 1962, 132; Encarnação 1975, p. 214; Tranoy, 1981, p.303 et n.º321; Colmenero, 1987, n.º 130, p.233; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

11) Seleirós, Chaves, Vila Real.

Inscrição religiosa

Albinus
Balesin -
i . Lari«b»us
FINDLENEI -
icis . libe -
ns . posui

Bibliografia: CIL II, 2471; ILER, 676; Vasconcelos 1905, p.181-182; Blásquez, 1962, p.132; Encarnação 1975, p.214-216; Colmenero, 1987, n.º 129, p.222 - 223; Tranoy, 1981; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

12) Granginha, Chaves, Vila Real.

Inscrição Religiosa. A epígrafe encontra-se conservada no Museu da Região Flaviense (Chaves).

Laribus . Ta[r]
mucenbaecis
Ceceaecis
P(ublius) Aelius Flavuus
v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)

Bibliografia: CIL II, 2472; ILER, 679; Vasconcelos, 1905, p.179-181; Cardozo, 1943, n.º 5, p.18-19; Cortez, 1957, p.101; Blásquez, 1962, p.130; Encarnação 1972, p.101 e 1975, p.217-218; Le Roux - Tranoy, 1973, n.º 16, p.207; Colmenero, 1987, n.º 125, p.215 - 216; Tranoy, 1981, p.303 e n.º 323; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

13) Granginha, Chaves, Vila Real.

Inscrição religiosa

IMPIER
...F . PRO...
..O . BIBA...
VS . EX . V
OTO . PO
VI . LIBIN
IMO

Bibliografia: Colmenero 1987, n.º 140, p. 238; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

14) Santa Marinha, Ribeira de Pena, Vila Real.

Inscrição religiosa

(Versão de Távora)

----NTELVS
NEBVRRI
FIL BNND
EDMERICo
V(otum) . s(olvit) . l(ibens) . m(erito)

(Versão de Argote)

ATLVS
ARBVRRI
EIL.BANB
E.PAEICo
V(otum) . s(olvit) . l(ibens) . m(erito)

Bibliografia: CIL II 2397; Vasconcelos, 1905, p.337; Blásquez, 1962, p.51; Encarnação, 1975, p.126-128; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

15) Moreira, Alfarela de Jales, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real.

Inscrição Funerária

(Versão 1)

XXVII
UDIS MA
NIBVS LCO
HAC . L '
MORIAL
VIFIBORG
BVRRO

(Versão 2)

XXVII
UDIS . MA
NIBVS . ECO
FACILI)
MORSASO
SVIFIBORG
BVRRO

Bibliografia: CIL II 2393; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

16) Covas, Tresminas, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real.

Inscrição religiosa. Encontra-se no Seminário de Vila Real

Nabiae
[-----]
Faventius
[.] uruncus

ex voto

Bibliografia: Parente 1980, p.132, fig.5; Melena 1984, 233, 238-260; Tranoy, 1981, p. 281-283; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

17) Madalena, Chaves. Inscrição Religiosa. Encontra-se conservada no Museu da Região Flaviense.

Face Frontal:

I · O · M
VALEREBV
RUS
SACRUM
F · C

Face Lateral:

PISURP
PS

Bibliografia: Cardoso 1943, p.13; Tranoy 1981, p.316; Colmenero 1987, p.55; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

18) Ribeira de Pena

Inscrição Religiosa, encontrada nas imediações da Igreja Paroquial.

I O M
VLVTI
PALVS
EX VO
TO

Bibliografia: Argote 1732, nº 1327; Tranoy 1982, 31-32; Colmenero 1987, 78-79; Le Roux - Silva - Tranoy 1991

19) Bouçoais, Valpaços

Inscrição Religiosa.

IOVI
OPTIM
O MAXSV
MO $\supset$ Æ

Bibliografia: Colmenero 1987, p.80; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

20) Campo da Roda, Chaves

Inscrição Religiosa.

DAESVS
IO
POSVIT
SIILINE

Bibliografia: Colmenero 1987, p.115; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

21) Tresminas, Vila Pouca de Aguiar

Inscrição Religiosa.

DADRVVIO
IVLIV
SNELIIVSLM

Bibliografia: Colmenero 1987, p.149; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

22) Proveniência desconhecida

Inscrição Religiosa.

ASVRNIAE
FLAARIO
RVS·EXVOT

Bibliografia: Cortez 1957, nº 3; Blazquez 1961, p.83; Encarnação 1975, p.237-240; Tranoy 1981, 276-77; Colmenero 1977, p.415 e 1987, p.147; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

23) Santo António de Monforte, Chaves

Inscrição Religiosa.

LAROVCO
AMAPITIL
IFILIALIBI
ANIMOVO
TVMRIITVLI
PROMARITOSV

Bibliografia: Alves 1909, p.351; Vasconcellos 1897, p.17; Cuevillas 1938, p.3-55; Le Roux-Tranoy 1973, p.211; Albertos 1974, p.1248; Blazquez 1961, p.79-80; Colmenero 1977, p.414; 1980, p.21-35 e 1987, p.188-89; Tranoy 1981, p.281; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

24) Vilar de Perdizes. Montalegre

Inscrição Religiosa.

ISOC ROCVO
LA O
LEG VII ⊃

Bibliografia: Colmenero 1979, Lam. 12, 1980, p.21; Tranoy 1981, p. 281; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

25) Vila Verde da Raia, Chaves

Inscrição Religiosa.

PO (SV)

RE (B)

LI M

Bibliografia: Cardoso 1943, p.21; Colmenero 1977, p.413 e 1987, p.239; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

28) Chaves

Inscrição Funerária.

(R)EBVRRVS

VIRIATIS

INTERMICVS

Bibliografia: Cardoso 1943, p.27; Cortez 1957, p.105; Colmenero 1977, p.243, p.413 e 1987, p.295; Vives 1971, 4506-6129; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

29) Pastoria, Chaves

Inscrição Funerária.

CAMALVS

BORNIE

HIC · SITUS

II E/S · ⊃ TARDV

FRATER FACIE

AELVS CVRAVIT

Bibliografia: Argote 1732, p.294; Barros 1932, nº235; Cardoso 1943, p.29; Cortez 1957, p.106; Colmenero 1977, p.243, p.416 e 1987, p.298; Tranoy 1981, 373; Albertos 1975, 33; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

30) Mairos, Chaves

Inscrição Funerária.

(D)MS
SEUR
MEURI
NAREBV
RRICO E
BUS(O)C
OMARI(T)
OOPTIM
O
AN
LXIII

Bibliografia: Argote 1732, p.637; Colmenero 1977, p.417 e 1987, p.317; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

31) Tronco, Chaves

Inscrição Funerária

D·M·S
CIRCEAN
AARRONIS
NA LXXV
H·S·(E)

Bibliografia: Albertos 1975, p.321; Colmenero 1987, p.321; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

32) Chaves

Inscrição Funerária.

CONDIS A BOVALI

F·A·XXXV

H·S·S·T·L

Bibliografia: CIL II, 2485; Távora 1722/23, p.80; Argote 1732, p.290; Colmenero 1732, p.332-333; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

33) Chaves

Inscrição Funerária.

D·M·S

VISALA REBVR ⊃

AMBAU COLEN

FILIAE PIENTISSIMA

ET NEPOTIBUS

D·S·F

Bibliografia: CIL, II, 2482; Távora 1722/23, p.84; Argote 1732, p.295; Colmenero 1987, p.367; Le Roux - Silva - Tranoy 1991.

34) Fiães, Montalegre

Inscrição Funerária.

CAMALUS

MIBOIS LIM

IUS SLIVAIR

H·S· JUL

Bibliografia: Argote 1732, p.820; Colmenero 1987, p.369-370; Le Roux - Silva -
Tranoy 1991.

12. Conclusão

O resultado deste trabalho permitiu retirar conclusões que justificam a importância histórica, que a região do alto Tâmega assumiu desde o I milénio a. C., já que encaramos como certa a vitalidade dos recursos metalúrgicos, que deram a esta área uma visibilidade extra, criando desta forma um pólo atractivo que se terá desenvolvido a partir da fase II da cultura castreja e que terá tido o seu auge na fase III, no momento em que os romanos partem para o domínio territorial da região.

Esse domínio foi executado com algumas cedências, basta analisar o registo epigráfico para perceber que a administração romana terá tolerado as prevalências indígenas, em detrimento de uma exploração intensiva e lucrativa dos recursos metalúrgicos, uma vez que este era este o seu principal interesse. À luz destes factos poderemos assumir, que as riquezas naturais do alto Tâmega propiciaram o seu desenvolvimento, ajudando a manter intacto no seu registo arqueológico os testemunhos que ilustram o seu substrato indígena e que complementam a cultura castreja no noroeste da Península Ibérica.

Este carácter de preservação faz com que os povoados estejam repletos de informação, que devidamente analisada ajudaria ainda mais no conhecimento da região durante o I milénio a.C., em diversos níveis, como por exemplo o tipo de funcionalidade de cada povoado, esclarecendo-se a questão da função metalúrgica de alguns deles; o tipo de ocupação do território que auxiliaria a compreensão da hierarquização do território e consequentemente da sociedade, entre outros aspectos.

No entanto esta informação necessita de ser estudada, sendo necessário um trabalho científico que clarifique todos os dados que a região foi oferecendo, ao longo destes anos de trabalhos arqueológicos.

Por último não podemos descurar uma análise conjunta com a área vizinha da Galiza, mais concretamente da província de Ourense, sensivelmente até à nascente do Tâmega, uma vez que seria interessante conjugar esforços para adquirir um conhecimento mais generalizado da história do povoamento de duas regiões, que em tempos não tinham quaisquer tipos de fronteiras, nem barreiras culturais, podendo ser um factor de promoção da unicidade e transversalidade de uma cultura, dentro de um quadro de cooperação transfronteiriça.

13. Bibliografia

ALARCÃO, J., 1998, Ainda sobre a localização dos Populi do Conventus Bracaragustanus, *Anales de Arqueologia Cordobesa*, ACC 9, Córdoba, p. 51-57.

ALARCÃO, J., 1999, Populi, Castella e Gentilitates, *Revista de Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, p.133-150.

ALBERTOS FIRMAT, M. L., 1966, *Onomástica personal primitiva de la Hispania Tarroconese e Bética*, Salamanca.

AMARAL, P., 1993, *O Povoamento Romano no Vale Superior do Tâmega: permanências e mutações na humanização de uma paisagem*, (diss. mestrado, policop).

ARAÚJO, M., 1999, Os Meios Geográficos do Noroeste Peninsular, *Geografia do Eixo Atlântico* (coord. de Xose Manuel Souto González), Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, p.1-51.

ARAÚJO, M., 2006, “O Relevo de Portugal”, *Finisterra*, XLI, 82, (S.L).

ARROYO ESPARZA, A., 1980, Nuevos castros com piedras hincadas en el borde occidental de la meseta, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Barcelos, p.1-17.

BAPTISTA, J., *et alii*, 1993, Tectónica e geomorfologia da região de Pedras Salgadas-Vidago e nascentes minerais associadas, *Comunicações da XVII Reunião de Geologia do Oeste Peninsular*, Universidade de Évora, Évora, p.125-139.

BARREIROS, F. B., 1915, Ensaio de inventário dos castros do concelho de Montalegre, *O Arqueólogo Português*, 20, Lisboa, p.211.

BARREIROS, F. B., 1919-1920, Materiais para a arqueologia do concelho de Montalegre, *O Arqueólogo Português*, 24, Lisboa, p. 67-68.

BETTENCOURT, A. M. S., 1995, Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal discursos de poder*, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p. 110-115.

BETTENCOURT, A. M. S., 2008, Práticas Funerárias da Idade do Bronze de Trás-os-Montes e da Galiza Oriental, *Congresso Transfronteiriço de Arqueologia; Revista Aquae Flaviae* nº 41, Grupo Cultural Aquae Flaviae, Montalegre, p. 11-23.

BIROT, P., 1950, *Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa.

BLÁSQUEZ MARTÍNEZ, J., 2004, Últimas aportaciones a las religiones prerromanas de Hispania. Teónimos I, *Revista delas Ciencias de las Religiones*, Madrid, p.247-249.

CARDOSO, J. L.; VILAÇA, R., 2008, Artefactos da Idade do Bronze da região de Chaves, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 11, nº2, p. 41-54.

CARDOZO, M., 1962, Instrumentos Pré-Históricos de dimensões anormais e a Estatura do Homem Primitivo, *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia*, Porto, p.5-11.

CARDOZO, M., 1973, La Culture des Castros du Nord de Portugal, *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XXII, Porto, p. 261-282.

COFFYN, A., 1985, *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Publications du Centre Pierre Paris, Paris.

COLMENERO, A. R., 1987, *AQVAE FLAVIAE – Fontes Epigráficas*, Câmara Municipal de Chaves, Chaves.

CORREIA, V. H., 2001, O povoamento do noroeste no I milénio a.C., *Entre celtas e íberos: las poblaciones protohistóricas de las Galias e hispânia*, Madrid, p. 213-226.

DAVEAU, S., 1995, *Portugal Geográfico*, Edições Sá da Costa, Lisboa.

DELGADO, M.; MORAIS, R., 2009, *Guia das cerâmicas de produção local de Bracara Augusta*, CITCEM, (S.L.).

ESTÊVEZ MARTINS, H., 2008, *As Tribos Calaicas: proto-história da Galiza à luz dos dados linguísticos*, Edições da Galiza, Barcelona.

FEIO, M., 1951, A depressão da Régua-Verin, *Comunicação dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, p.5-46.

FERREIRA, A., 1986, A depressão de Chaves-Verin, Novas achegas para o seu conhecimento geomorfológico, *Estudos em homenagem a Mariano Feio* (coord. R. S. Brito), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p.199-222.

FONTE, J. M., 2008, Sistemas defensivos Proto-Históricos de Trás-os-Montes Ocidental (Norte de Portugal), *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LV, nº 121, p. 9-29.

FONTE, J. M., 2009, *Lesenho e Aquae Flaviae: dois modelos de assentamento central e duas lógicas locacionais de época pré-romana e romana*, Departamento de Historia I, Faculdade de Xeografia e Historia, Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

FREITAS, A. M., 2003, *Carta Arqueológica do Concelho de Valpaços*, Câmara Municipal de Valpaços, Valpaços, 2º Edição.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1979, O Castro de Curalha – 5.^a campanha de escavações, *TAE*, 23 (4), p. 239-405.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1980, O Castro de Curalha – 6.^a campanha de escavações, *TAE*, 24 (1), p. 59-86.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1981, O Castro de Curalha – 7.^a campanha de escavações, *TAE*, 24 (2), p. 265-291.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1982, O Castro de Curalha – 8.^a campanha de escavações, *TAE*, 24 (3), p. 453-474.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1983, O Castro de Curalha – 9.^a campanha de escavações, *TAE*, 24 (4), p. 589-617.

FREITAS, A.M.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1985, O Castro de Curalha – 10.^a campanha de escavações, *TAE*, 25, p. 6-29.

GARCÍA MARTÍNEZ, S. M., 2002, La implicación del colectivo femenino en los cultos indígenas y latinos del conventus bracaraugustanus, *Estudios Humanísticos*, nº 1, León, p.15-33.

GUERRA, A., 1995, *Plínio-o-velho e a Lusitânia*, Edições Colibri, Lisboa.

GUERRA, L. F. 1982, *Notícias Históricas do Concelho e Vila de Boticas*, Câmara Municipal de Boticas, Boticas.

INAG, 1999, *Plano de Bacia Hidrográfica do Douro, Caracterização Geral da Bacia Hidrográfica*, Lisboa.

JORGE S. O., 1985, Povoados da Pré-História recente do Norte de Portugal (III.^o e começos do II.^o milénios a.C.): Resultados e Problemas dos últimos anos, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II Série, Vol. II, Porto, p. 297-306.

JORGE S. O., 1986, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, (diss. doutoramento).

JORGE S. O., 1991, Idade do Bronze: Apontamentos sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Revista da Faculdade de Letras*, História, II Série, Vol. VIII, Porto, p. 385-391.

JORGE S. O., 1996/1997, Diversidade regional na Idade do Bronze da Península Ibérica (Visibilidade e opacidade do “registo arqueológico”), *Portugalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, Instituto de Arqueologia, Porto, p. 77-96.

JORGE, S. O *et alii*, 1981, Escavações arqueológicas na Vinha da Soutilha, *Portugalia*, Porto, p.9-26.

JORGE, V. O., 1981, Mamoas do Norte de Portugal: Estado da questão em 1981. I. Minho e Trás-os-Montes, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, p.603-654.

JORGE, V. O., 1987, Megalitismo de Entre-Douro-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, p.269-286.

LE MOS, F. S., 2008, Muralhas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal, *III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, p 8-28.

MAGALHÃES, A.A.; CARNEIRO JÚNIOR, F.G.; FREITAS, A.M., 1974, *Castro da Curalha – 1.ª campanha de escavações*, Braga.

MAGALHÃES, A.A.; CARNEIRO JÚNIOR, F.G.; FREITAS, A.M., 1974, *Castro da Curalha – 2.ª e 3.ª campanhas de escavações*, *TAE*, 23 (1), p. 19-40.

MARQUES, J. A. M., 1980, *O Paleolítico Inferior e Médio a Norte do Rio Douro: Conhecimentos actuais*, Publicações da Universidade Livre do Porto, Porto.

MARTINS M., 1990, O povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado, *Cadernos de Arqueologia – Monografias*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga.

MARTINS, B., 2006, *Conhecimento Geomorfológico da Área Telões-Vila Pouca de Aguiar-Chaves Contributo para a definição de cartografia de riscos geomorfológicos*, (diss. doutoramento, policop.).

MARTINS, J. B. 1992, *Concelho de Boticas a sua História*, Câmara Municipal de Boticas, Boticas.

MARTINS, J. B. 1993, *Castros do Concelho de Chaves*, Câmara Municipal de Chaves, Chaves.

MARTINS, M.; JORGE S. O., 1992, Substrato cultural das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, *Complutum*, 2-3, Madrid, p.347-372.

MENESES, M., 1929, Notícias Arqueológicas do Concelho de Ribeira de Pena, *O Arqueólogo Português*, 27, Lisboa, p. 29-48.

MIRANDA, A.A.J.; SANTOS, J.N.; SANTOS JÚNIOR, J.R. 1983, *Castros do Concelho de Boticas*, SPAE, Porto.

MONTALVÃO, A., 1971, *Visita a castros nos arredores de Chaves*, Chaves (dactil.)

P. LE ROUX – A.C.F. SILVA – A. TRANOY, 1991, ERNP (dossier inédito).

PEDREÑO OLIVARES, J.C., 1999, Dioses indígenas vinculados a núcleos de población en la Hispania romana, *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, t. 12, 1999, p. 325-350.

PEDREÑO OLIVARES, J.C., 2002, *Los Dioses de la Hispania Céltica*, Real Academia de la Historia, Universidad de Alicante, Alicante.

PEÑARROYA MARTÍNEZ, J., 1999, Notas sobre el estado de la cuestión de los asentamientos fortificados de planta circular en la Península Ibérica durante la Prehistoria Reciente, *Revista de Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, p.1-16.

PEREIRA, D., 2004, Dos aspectos gerais a algumas particularidades da geomorfologia do Nordeste Transmontano e do Alto Douro, *Geomorfologia do NW da Península Ibérica*, Porto, p.71-91.

REDENTOR, A., 2000, Povoados fortificados com pedras fincadas em Trás-os-Montes, *Conímbriga*, 39, Coimbra, p.5-51

RIBEIRO, O., 1967, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Livraria Sá da Costa, Lisboa.

SANTOS JÚNIOR, J. R 1957, O Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 16 (1-2), p.25-62.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1964, Escavações no Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 19 (3-4), p.360-365.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1965/66, Duas campanhas de escavações no Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 20, p.181-190.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1971, Escavações no Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 21, p.72-75.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1971, Escavações no Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 21, p.72-75.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1973, As notáveis condições de defesa do Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 22 (3), p.207-209.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1973, O Colóquio luso-espanhol de cultura castreja em Carvalhelhos, *TAE*, 22, p.3-22.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1982, 30.^a campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos, *TAE*, 24, p.249-263.

SANTOS JÚNIOR, J. R, 1984, 32.^a campanha de escavações no Castro de Carvalhelhos (Julho-Agosto 1983), *TAE*, 24, p.673-682.

SANTOS JÚNIOR, J. R., 1959/60, Rampas de acesso às muralhas do Castro de Carvalhelhos, *Separata del Boletín de la Comisión de Monumentos de Ourense*, Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, p. 1-8.

SANTOS, M. C., 1969, Subsídios para o estudo arqueológico de Montalegre, Mealhada e Viseu, *Ethnos*, 6, Lisboa, p.201-219.

SANTOS, P., 1995, O Povoado do Alto de Santa Ana, Chaves, Dos Inícios aos Finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal discursos de poder*, Instituto Português de Museus e Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, p.117.

SILVA A. C. F., 1980, Organizações Gentílicas entre Leça e Ave, *Portugalia* Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, p.79-90

SILVA A. C. F., 1988, Ourivesaria Pré-Romana do Norte de Portugal, *Ourivesaria do Norte de Portugal*, Separata, p. 75-87.

SILVA A. C. F., 1990, Influências orientalizantes na formação da cultura castreja do Noroeste peninsular, *Estudos Orientais*, 1, Instituto Oriental, Lisboa, p. 135-155.

SILVA A. C. F., 2007, *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, 2.^a Edição, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

SILVA A. C. F.; MACIEL T. D. P., 2004, Balneários castrejos do Noroeste peninsular. Notícia de um novo monumento do Castro de Roques, *Portugalia*, Nova Série, Vol. XXV, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Porto, p.115-128.

SILVA, A. C. F., 2006, A evolução do sistema defensivo castrejo no noroeste peninsular, *Paisajes fortificados de la Edad del Hierro: las murallas protohistóricas de la meseta y la vertiente atlántica en su contexto europeo*, Actas del Coloquio celebrado en la Casa de Velázquez, Madrid, p. 99-102.

SILVA M. F. M., 2008, A evolução cronológica da cultura castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais: ensaio de síntese, *Arqueologia y Territorio*, nº 5, Granada, p. 49-77.

SILVA, A. M., 1999, Aspectos territoriais da ocupação castreja na região do Entre Douro e Vouga, *Revista Guimarães*, Volume Especial, I, Guimarães, p.403-429.

SOEIRO, T., 1982, Muro da Pastoria, Chaves Campanha de Escavação de 1982-1983, *Portugalia*, vol. VI/VII, Porto, p.21-28.

TEIXEIRA, C. *et alii*, 1980, *Introdução à Geologia de Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

TEIXEIRA, C., 1948, A depressão de Chaves (Génese e evolução), *Boletim do Museu Mineralógico e Geológico*, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.35-53.

TEIXEIRA, R., 1996, *De Aquae Flaviae a Chaves: povoamento e organização do território entre a antiguidade e a idade média* (diss. mestrado, policop).

TRANOY, A., 1981, *La Galice Romaine: recherches sur le nor-ouest de la peninsula ibérique dans l'Antiquité*, Publications du Centre Pierre Paris, Paris.

VASCONCELLOS, J. L., 1905, *Religiões da Lusitânia*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.

VAZ, J. I., 1998, Organização Social Castreja na Civitas de Viseu, *Máthesis*, 5, p. 149-162.

VILAÇA, R., 1998, Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior, *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Trabalhos de Arqueologia, Lisboa, , 10, IPA, p. 203-217.